

AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial

95143 7 2007 DR. SC
Al FGC

... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Legislativo informatiza processo orçamentário



Solon Soares

Nova fórmula de tramitação, inédita no país, inclui todas as etapas, da chegada do projeto ao Legislativo até a apreciação na comissão e no Plenário

O novo sistema de elaboração de emendas parlamentares ao Orçamento do Estado entra em funcionamento este ano. Informatizado, o procedimento inclui quatro ambientes: do parlamentar, do relator, da Comissão de Finanças e por fim do Plenário, Diretoria Legislativa e Coordenadoria do Orçamento Estadual.

As mudanças foram apresentadas, dia 3, aos servidores

da Assembléia Legislativa pelo coordenador do Orçamento, Lício Mauro da Silveira, e pelo gerente de Projetos e Desenvolvimento da Coordenadoria de Informática da Casa, Edson Tadeu Bez.

Inédito nas assembleias legislativas do país, a expectativa é que o sistema garanta a qualidade de tramitação da proposta.

Página 4

Plenário aprova crédito de US\$ 300 mi para rodovias catarinenses

Página 10

Seminário Estadual da Acessibilidade faz balanço de ações e desafios

Páginas 6 e 7

Servidores acompanham explicação de como funcionará novo sistema

Deputados inspecionam Presídio Regional de Blumenau



Alberto Neves

Deputados da Comissão de Segurança Pública visitam presídio e constatam superlotação da instituição

Parlamentares que integram a Comissão de Segurança Pública visitaram, dia 3, o Presídio Regional de Blumenau e constataram as condições em que vivem os encarcerados bem como a precariedade das instalações. No

mesmo dia, eles participaram de uma audiência pública na Câmara de Vereadores de Blumenau, que apontou para a necessidade de construção de um novo complexo. Presente ao encontro, o secretário de Segurança Pública

afirmou não haver recursos para a obra, mas anunciou a disposição de ampliar em 180 o número de vagas do regime semi-aberto.

Página 5



Eduardo Guedes de Oliveira

Parlamento destaca a comemoração dos 20 anos da Constituição Cidadã

Sessão solene presta homenagem aos constituintes

Página 3

Lages abre ciclo de audiências sobre o Código do Meio Ambiente

Página 8

Confira caderno especial "As riquezas do Oeste e Extremo-Oeste"

OPINIÃO

A marca do desenvolvimento é a descentralização

Ofomento ao desenvolvimento regional tem sido a mais forte marca administrativa do atual governo de Santa Catarina. Desde o início da primeira gestão do governador Luiz Henrique, nosso estado experimenta um novo modelo de gestão, com a descentralização e as atenções voltadas para esferas de decisões que priorizam órgãos colegiados locais, com a administração pública valorizando obras de infra-estrutura e melhorias na saúde e ensino, para atender a população e melhorar a qualidade de vida em todas as regiões.

Essa semana a Assembléia Legislativa também mostrou, outra vez, que mantém sintonia com o jeito de fazer políticas públicas em benefício dos catarinenses. Votamos, na última terça-feira, com aprovação unânime, o projeto de lei governamental que autoriza o Estado a contrair financiamento no valor de até 300 milhões de dólares junto ao Banco Interame-

ricano de Desenvolvimento (BID), para viabilizar um novo pacote de obras rodoviárias já projetadas, com previsão de início a partir do próximo ano.

A construção de acessos municipais é um compromisso de governo que vem sendo cumprido à risca, com a certeza que obras dessa natureza, por sua capacidade de transformação das comunidades, beneficiam a integração e o desenvolvimento homogêneo do Estado.

Da mesma forma, podemos nos expressar a respeito dos significativos investimentos na saúde, e cito exemplos de minha região, como a construção do Hospital Regional de São Miguel do Oeste, a implantação da UTI do hospital de Maravilha e a aquisição de equipamentos que possibilitam o credenciamento do Hospital Regional de Chapecó para novas especializações, sem contar as construções e reformas de unidades de saúde em vários municípios,

investimentos em serviços e na rede do Samu para o atendimento emergencial.

Na educação não tem sido diferente. No ensino superior a Udesc atua para ampliar o processo de interiorização, com a implantação de cursos adequados às necessidades regionais, o governo investe em bolsas universitárias através de fundações comunitárias e instituições privadas, e segue atuando fortemente para melhorar a estrutura do ensino básico, com a construção de novas unidades escolares, reformas e ampliações, construções de ginásios e quadras, garantindo uniformes, material didático e verbas para o transporte escolar, além de assegurar avanços na política remuneratória dos professores.

Nossa marca de desenvolvimento é, de fato, a descentralização administrativa.

Deputado Herneus de Nadal (PMDB)

Um olhar sobre o Oeste

As regiões Oeste e Extremo-Oeste de SC viveram, ao longo do último século, uma história de lutas e de incertezas – com vitórias e derrotas. Durante décadas, a região experimentou a omissão do poder público. Sempre faltaram políticas públicas adequadas à configuração social e econômica de nossa população.

Apesar de ser o “celeiro” catarinense e de concentrar 80% das ocupações produtivas no campo, foi necessário batalhar de maneira constante pela ampliação das perspectivas sociais, com projetos e programas. Distante dos principais centros políticos do estado e com características peculiares, ligadas ao campesinato e à agricultura familiar, a região tenta não perder sua caracterização depois dos ciclos de êxodo rural, intensificados a partir da década de 1980.

Somente no Extremo-Oeste, nos 20 municípios próximos da

fronteira com a Argentina, temos 160 mil habitantes e 4% do território do Estado. No entanto, questiono se, antes do Governo Lula, tivemos investimentos concretos nessa região por parte do Estado e da União? A resposta para essa pergunta é “abandono”. Foram décadas e décadas sem políticas integradas e inclusivas, que garantissem, por exemplo, formação para os nossos jovens.

Em nossas ações, na Assembléia Legislativa e fora dela, procuramos sempre demonstrar que o Oeste de Santa Catarina é, na verdade, um grande “celeiro de oportunidades”. Basta, para que isso se concretize, que haja apoio dos poderes públicos, e o devido reconhecimento da dívida histórica que eles têm com todo Oeste.

Parte dessa dívida é recuperada, hoje, com ações como a criação da Universidade Federal da Mesorregião, e o investimento ampliado no

crédito para a agricultura familiar. Mas é preciso avançar, olhando para o que queremos da nossa região daqui há 10, 20 anos.

Precisamos oportunizar cursos médios e superiores voltados à nossa realidade, promover seminários e debates que avaliem cada cadeia produtiva, em especial do leite, e que também apresentam alternativas para diversificação. Enfim, com os pés no presente e os olhos no futuro.

Integrar nossos jovens a esse desenvolvimento virtuoso é garantir que, em breve, eles sejam os novos desbravadores, ampliando as possibilidades de geração de renda, emprego e qualidade de vida aqui nesta terra. O futuro que queremos em todo o estado, de desenvolvimento e respeito pela vida, passa pela valorização do Oeste.

Deputado Padre Pedro Baldissera (PT)

Comitiva chinesa visita Parlamento Catarinense

Jonas Lemos Campos



Deputado Jailson Lima recepcionou a comitiva chinesa

O deputado Jailson Lima (PT) recebeu no dia 5, no gabinete da presidência, uma comitiva da província chinesa de Hennan. A visita é uma retribuição à participação do deputado Jailson em evento da cidade. Os chineses estão em Santa Catarina com interesse de firmar parcerias comerciais com empresários do estado.

A Província mantém há quase

10 anos relações empresariais, culturais e de intercâmbio educacional e científico com Santa Catarina. Henan é província co-irmã do estado catarinense e tem cerca de 100 milhões de habitantes. Um dos objetivos da Câmara é estreitar os laços comerciais entre os dois países. Os deputados chineses visitaram o Plenário durante a realização da sessão ordinária.

[AGENDA]

- **Dia 10, 9 horas** - Exposição de esculturas de Antônio Francisco Cervi
Local: Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho
- **Dia 10, 14 horas** - Audiência pública a fim de instituir o Código Estadual do Meio Ambiente
Local: Associação da Imbralit – Criciúma
- **Dia 11, 10 horas** - Comissão de Saúde – Audiência pública “Relatório trimestral do SUS”
Local: Sala das Comissões
- **Dia 12, 18 horas** - Audiência pública a fim de instituir o Código Estadual do Meio Ambiente
Local: Sociedade Educacional de Santa Catarina (Sociesc) – Joinville
- **Dia 13, 9 horas** - Audiência pública a fim de instituir o Código Estadual do Meio Ambiente
Local: Teatro Michelangelo (Uniasselvi) - Blumenau
- **Dia 11, 10 horas** - Audiência pública a fim de instituir o Código Estadual do Meio Ambiente
Local: Centro de Eventos Hermann Purnhagen – Rio do Sul

Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Julio Garcia (DEM)
1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)
2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)
1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
2º Secretário: Valmir Comin (PP)
3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)
4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo
Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Jonas Lemos Campos, Eduardo Guedes de Oliveira, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Parlamento destaca os 20 anos da Constituição Cidadã

Sessão solene resgata conquistas da Carta Magna promulgada em 5 de outubro de 1988



Solon Soares

Cerimônia teve a participação de protagonistas da elaboração da Carta: os constituintes da bancada catarinense

Graziela May Pereira

Um dos fatos mais marcantes da história recente do Brasil foi destacado dia 3 pelos parlamentares catarinenses. A "Constituição Cidadã", como é conhecida a Constituição Federal de 1988, completou recentemente 20 anos. A histórica sessão solene do Congresso Nacional em que foi promulgada a atual Constituição da República Federativa do Brasil, no dia 5 de outubro de 1988, marcada por momentos de emoção, foi lembrada.

A sociedade conquistou inúmeros avanços em 1988. Os pais, por exemplo, passaram a ter direito à licença-paternidade,

algo inédito à época, e a polícia não pôde mais realizar operações de busca e apreensão sem autorização judicial.

O deputado Joares Ponticelli (PP), que presidiu a sessão solene, lembrou que Carta de 88 deu forma ao regime político vigente. "O regime aprovado manteve o Presidencialismo e garantiu que fossem eleitos pelo povo, por voto direto e secreto, o presidente da República, os governadores, prefeitos e os representantes do Poder Legislativo", disse.

Em nome do governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), o ex-deputado Walmor de Luca afirmou que a promulgação estava coberta de um

sentimento bom. "Na época, os boatos eram que a Constituição não duraria cinco anos. Mas, para calar os pessimistas, ela está aí. Eu me orgulho por esse resultado exitoso." A aplicação dos princípios básicos da democracia também foi comemorada pelo constituinte. "Nós melhoramos e isso é consequência da aplicação da Carta Magna", completou.

O deputado federal Edson Bez de Oliveira (PMDB), que também participou da sessão, destacou o resultado da promulgação. "Parablenzo os parlamentares por esse momento histórico. Cada constituinte faz parte da nossa história."

Avanços além dos sociais

A "Constituição Cidadã" ampliou os direitos sociais e as atribuições do poder público. Ela alterou a divisão administrativa do país, que passou a ter 26 estados federados e um distrito federal. Também instituiu uma ordem econômica tendo por base a função social da propriedade e a liberdade de iniciativa, limitada pelo intervencionismo estatal.

A Constituição também estabeleceu, entre outras inovações, eleições majoritárias em dois turnos; voto facultativo para ci-

dadãos com 16 ou 17 anos; maior autonomia aos municípios e fim da censura em rádios, televisões, teatros, jornais e demais meios de comunicação.

O ex-governador Henrique Córdova, em nome dos 20 ex-senadores e ex-deputados homenageados, agradeceu emocionado as comemorações e lembrou, na sua opinião, de um dos pontos mais importantes inseridos na Constituição.

"Os amantes do seu país conseguiram introduzir no texto constitucional a possibilidade da

criação dos blocos parlamentares indispensáveis para o exercício da democracia", disse.

Córdova lembrou que a Constituição Federativa de 1988 foi uma inovação e trouxe muitos benefícios aos brasileiros. "Quero agradecer esta homenagem que todos nós recebemos. Tenham a certeza de que todos nós, quando fomos para a Assembleia Nacional Constituinte, queríamos oferecer aos brasileiros igualdade e liberdade. Valores que traduzem o regime democrático", afirmou.

Os homenageados*

Senador Neuto de Conto (PMDB) – ex-deputado federal
Antônio Carlos Konder Reis – ex-governador (PDS)
Henrique Córdova – ex-governador (PDS)
Eduardo Pinho Moreira – presidente da Celesc (PMDB)
Victor Fontana – ex vice-governador (PFL)
Ivan Orestes Bonato – ex-senador (PFL)
Dirceu Carneiro – ex-senador (PMDB)
Nelson Wedekin – ex-senador (PMDB)
Artenir Werner – ex-deputado federal (PDS)
Alexandre Puzyna (in memoriam) – ex-deputado federal (PMDB)
Cláudio Ávila da Silva – ex-deputado federal (PFL)
Francisco Küster – ex-deputado federal (PMDB)
Geovah Amarante – ex-deputado federal (PMDB)
Ivo Vanderline – ex-deputado federal (PMDB)
Orlando Pacheco – ex-deputado federal (PFL)
Paulo Macarini (in memoriam) – ex-deputado federal (PMDB)
Renato Viana – ex-deputado federal (PMDB)
Ruberval Pilotto – ex-deputado federal (PDS)
Vilson de Souza – ex-deputado federal (PMDB)
Walmor De Luca – ex-deputado federal (PMDB)

*Partidos dos parlamentares à época da Constituinte

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputado Ponticelli entrega placa para constituinte Dirceu Carneiro

Solon Soares



Professor Sérgio Grando homenageia deputado constituinte Francisco Küster

INSTITUCIONAL

Assembléia Legislativa informatiza processo orçamentário

Nova fórmula de tramitação inclui todas as etapas, da chegada do projeto às apreciações da comissão e do Plenário

Scheila Dziedzic

Entra em funcionamento este ano o novo sistema de elaboração de emendas parlamentares e tramitação do Orçamento do Estado na Assembléia Legislativa. Os quatro ambientes que envolvem o processo orçamentário no Legislativo foram informatizados.

O procedimento foi explicado dia 3 aos servidores da Assembléia Legislativa pelo coordenador do Orçamento, Lício Mauro da Silveira, e pelo gerente de Projetos e Desenvolvimento da Coordenadoria de Informática da

Casa, Edson Tadeu Bez.

O Sistema do Orçamento Estadual é um ambiente concebido a partir da necessidade do Parlamento catarinense, da Comissão de Finanças e Tributação e da Diretoria Legislativa e Coordenadoria do Orçamento Estadual de controlar a formatação do processo orçamentário durante o período de tramitação no Legislativo.

A nova fórmula de tramitação leva em consideração todas as etapas. Começando com a chegada do Projeto Orçamentário à Assembléia e apresentação das

emendas pelos parlamentares; envio destas à Comissão de Finanças e Tributação, análise e parecer do relator, apreciação da comissão e do Plenário. Por último vem a elaboração da redação final, o envio para o governador e a publicação do texto da lei e dos anexos.

O coordenador do Orçamento destacou o pioneirismo do sistema. "Não vimos ainda uma inovação destas nas demais Assembléias. Esperamos que este novo ambiente contribua para a melhoria da qualidade da tramitação da Proposta Orçamentária neste Poder".

Solon Soares



Coordenador do Orçamento, Lício Mauro da Silveira, destaca pioneirismo da iniciativa catarinense

Entenda a inovação

Os quatro ambientes apresentados que compõem o Sistema de Informatização do Orçamento, são os seguintes:

• **Ambiente do Parlamentar:** espaço destinado aos deputados para elaboração e acompanhamento das emendas. Trará todas as datas de tramitação do projeto orçamentário, como prazo restante para apresentação de emendas, análise e votação do relatório final e da votação do parecer do relator em plenário. O acesso à página só é possível a partir do nome e da senha exclusiva do parlamentar. As emendas podem ser elaboradas ao anexo único, bem como ao texto da Lei de Diretrizes Orçamentária. Somente poderão ser acolhidas caso sejam compatíveis com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Todas devem indicar os recursos necessários, admitindo somente os decorrentes de anulação de despesas que não sejam relativas a dotações para pessoal e seus encargos, a dívida pública e a parcelas correspondentes às participações municipais. As emendas só passam a tramitar a partir do momento em que forem enviadas via sistema, onde recebem a numeração.

• **Ambiente do Relator:** destinado à elaboração dos pareceres (preliminar e conclusivo) do relator designado para avaliar as emendas.

• **Ambiente da Comissão de Finanças:** onde são feitas a análise e a votação dos pareceres do relator.

• **Ambiente Plenário, Diretoria Legislativa e Coordenadoria do Orçamento Estadual:** destinado a documentar a posição final em Plenário (votação) e a gerar a redação final da Lei do Orçamento Anual.

Como é a escolha para Casa Branca

Nos Estados Unidos, a legislação referente às eleições é de responsabilidade dos governos estaduais, embora os estados tenham de obedecer a eventuais ressalvas feitas pela Carta federal. Assim, cada estado decide que sistema adotar na escolha dos candidatos durante as prévias. É por isso que há muita confusão para entender o sistema de escolha do presidente, pois há 50 legislações diferentes - uma para cada um dos 50 estados -, com critérios diferentes de escolha e distribuição dos votos.

Não é o voto popular que define o candidato eleito nos Estados Unidos, mas o Colégio Eleitoral.

A eleição presidencial é realizada sempre na primeira terça-feira de novembro. Cada estado tem um determinado número de eleitores no colégio, baseado no tamanho de sua população. Em quase todos os estados, o vencedor do voto popular, mesmo que por uma margem mínima, leva todos os votos do colégio eleitoral daquele estado. Por causa deste sistema, um candidato pode chegar à Casa Branca sem ter o maior número de votos populares em âmbito nacional, como aconteceu no pleito de 2000, quando George W. Bush venceu Al Gore, mas teve um número de votos menor.

Venzon acompanha eleições nos EUA

Com intuito de acompanhar o processo eleitoral norte-americano, o deputado Serafim Venzon (PSDB) esteve em Washington (EUA) a convite da Confederação Parlamentar Americana. Venzon integrou um grupo de parlamentares que participaram como observadores do pleito e que trocaram experiências sobre os processos eleitorais de diferentes países. Apenas dois brasileiros fizeram parte da comitiva, o deputado catarinense e um deputado de Goiás.

Dentre as atividades, uma série de palestras para explicar as particularidades do processo, visitas aos locais de votação e ainda acompanhamento do resultado e observação da atmosfera pós-eleição. Venzon fez uma avaliação do dia de votação do pleito norte-americano.

Venzon visitou locais de vota-

ção e observou a mobilização da sociedade em torno da escolha de Barack Obama, primeiro negro a ser eleito presidente dos Estados Unidos. Uma vitória histórica num país ainda marcado pelas lembranças do segregacionismo. A eleição foi marcada pelo comparecimento recorde de eleitores que mudaram o mapa eleitoral norte-americano em favor do democrata.

O deputado catarinense destacou as filas no dia de votação: "Os norte-americanos não são como os latinos. Existe um entusiasmo, mas ele não fica evidente. Apesar da importância do dia, aqui não é feriado e o voto não é obrigatório. O interessante é que quem vota, vota consciente da importância de se escolher um representante."

Venzon destacou os problemas na saúde e a moradia enfrentados

pelos norte-americanos. "Eles não divulgam o problema. Existe muita expectativa de mudança no campo social."

A utilização das urnas eletrônicas, na qual Santa Catarina foi um estado pioneiro no Brasil, e ainda a recente implantação das urnas biométricas, estiveram na pauta de discussões nos encontros.



Venzon: expectativa de mudança

INSTITUCIONAL

Deputados visitam Presídio de Blumenau e constataam superlotação e precariedade

Audiência pública aponta à necessidade de construção de um novo complexo; Benedet diz que não há recursos

Verlaine Silveira

Os parlamentares da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, atendendo a solicitação da deputada Ana Paula Lima (PT), visitaram o Presídio Regional de Blumenau, dia 3. Eles constataram as condições sub-humanas dos encarcerados do complexo e a precariedade da estrutura local. Apesar de oficialmente haver vagas para

498 presos, o lugar abriga hoje 648 apenados. Desses, 62 são mulheres.

À tarde, foi realizada audiência pública na Câmara de Vereadores para debater o assunto. Representando o governo do Estado, participaram o secretário da Segurança Pública, Ronaldo Benedet, e o secretário executivo da Justiça e Cidadania, Justiniano de Almeida Pedroso. A principal solicitação é a cons-

trução de um novo presídio.

Documento

Todas as reivindicações e sugestões apresentadas na audiência pública foram reunidas pelo presidente da Comissão, deputado Dirceu Dresch (PT), para que façam parte de um documento como resultado da audiência.

Foi constatado que a situação é precária e é urgente a necessidade de construir um novo prédio, mas o secretário Benedet alertou que não há recursos para isso. Apenas será possível aumentar em 180 o número de vagas do regime semi-aberto.

O diretor-geral do Departamento de Administração Prisional (DEAP), Hudson Queiroz, participou da audiência e disse que o governo do Estado está destinando R\$ 415 mil para o presídio para aumentar imediatamente esse tipo de vaga.

Para Ana Paula, a situação do



Deputados inspecionam instalações do presídio regional

presídio é degradante e exige medidas imediatas por parte do governo estadual.

"Somente o aumento das vagas no semi-aberto não vai mudar a situação desumana que se estabeleceu. É preciso muito mais do que isso e imediatamente", disse a deputada.

Segundo Dresch, não só o Presídio de Blumenau necessi-

ta de uma atenção maior, mas todo o sistema penitenciário estadual.

Com experiência de quem já trabalhou em presídios, o deputado Sargento Soares (PDT) disse não ter estranhado o que viu em Blumenau, já que a situação encontrada é mesma de outras unidades. "Isso precisa mudar de uma vez", destacou.



Autora do pedido de visita, Ana Paula diz que situação é degradante

Administrador garante que não vai deixar presos serem maltratados

O novo administrador do Presídio Regional, capitão PM Carlos Alberto Luvizotto, acompanhado do novo chefe de segurança do complexo, Adriano Zapata da Silva, anunciou que vai fazer algumas modificações práticas. Entre elas, a eliminação da chamada "toca", onde costumam ser colocados presos que se rebelam, e avisou que não vai deixar nenhum preso ser maltratado. Ao anunciar a decisão, foi aplaudido pelas mães de presos que participaram da audiência e vinham reclamando os maus-tratos aos detentos.

Benedet anotou as reivindicações e lamentou que toda a culpa seja sempre destinada à Segurança Pública, enquanto muito da responsabilidade considera ser da Secretaria da Educação. Para discutir isso, informou que já teve vários encontros com o secretário Paulo Bauer para definir estratégias e projetos para retirar crianças e adolescentes da marginalidade, afastando-os do consumo de drogas. Explicou o secretário que o maior número de delitos (entre 80% e 90%) está diretamente relacionado ao tráfico e ao consumo das mais diversas drogas.

Muitos dos presos reclamam também da morosidade da Justiça, o que ficou de ser averiguado pelo secretário Justiniano. Há casos de presos que há três meses já deveriam estar em liberdade e de outros que mereceriam estar em regime semi-aberto.

Outro problema destacado foi no cuidado com a saúde. Não há enfermaria, mas apenas um pequeno quarto onde os doentes, às vezes até em número de seis, permanecem para ser tratados. Há celas com até 20 pessoas e não existem locais para o banho de sol, aumentando as condições insalubres do lugar.



Benedet: educação

Capinzal debate Lei para Micro e Pequenos

Dos 293 municípios catarinenses, apenas 19 implantaram sua Lei para Micro e Pequenas Empresas (MPes), ou seja, 6,5%. Além disso, só 158 mil empresas catarinenses aderiram ao Super Simples. Os dados, apresentados pelo Sebrae na última reunião do ano para discutir a implantação da Lei Complementar 123/06, realizada dia 31 em Capinzal, mostram que as MPes ainda não confiam na lei que engloba seis impostos numa mesma guia de pagamento.

Do encontro foram destacados dois encaminhamentos. O primeiro prevê o envio à Câmara dos Deputados de um pedido para aumento do prazo para ampliação dos benefícios de crédito de ICMS. O segundo, para o governo estadual, vai solicitar a criação de um Conselho Gestor Estadual que promova condições de competição para as MPes.

Para o presidente da Comissão de Economia da Assembleia Legislativa, deputado Silvio Dreveck (PP), o Super Simples precisa de algumas adequações para

oferecer segurança aos micro e pequenos empresários, o que aumenta a importância do trabalho do Legislativo neste momento. "Estamos trabalhando para aprimorar a Lei Geral. A interiorização é de extrema relevância.", disse. O proponente das reuniões, deputado Dirceu Dresch (PT), concordou com a importância do papel das micro e pequenas empresas. Para o próximo ano, Dresch afirmou que as reuniões discutirão outras situações descritas na lei, como os incentivos às exportações e novas tecnologias.

Tratamento

Representando o Sebrae, a gerente de Políticas Públicas da instituição, Kátia Regina Raushi, falou que a Lei Geral trouxe vários benefícios e tratamento diferenciado, como no mais fácil acesso à exportação. Kátia ainda destacou um projeto-piloto que Santa Catarina abrigará em breve, com expectativa de tornar-se referência em termos de acesso

das micro e pequenas empresas à Justiça. É que o estado será o primeiro a ter um pólo pré-processual para atender o segmento em casos de conciliação.

O presidente da Fampesc, Cloir Dassoler, acredita que a Lei Geral tem causado alguns problemas em Santa Catarina, como a substituição tributária. "Antes da Lei Geral a alíquota máxima do ICMS era de 3,95%. Agora há itens, como perfumaria, que a alíquota chega a 25%. Não há micro e pequena empresa que resista a um peso assim."



Dreveck: adequações

INSTITUCIONAL

“Deficiência é uma relação com ambiente”

Especialistas na promoção de projetos que insiram as restrições ocasionadas pela deficiência no contexto das cidades, Marta Dischinger e Marcelo Pinto Guimarães apresentaram, dia 4, projetos desenvolvidos em outros países e soluções simples que trazem grandes resultados.

A arquiteta e professora adjunta da UFSC, Marta Dischinger, destacou o tema “Construindo Conhecimento Técnico para a Acessibilidade”. Ela acredita que os recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência conseguem promover uma vida independente e, com isto, incluí-las na sociedade. “Os projetos não podem ser discriminatórios, já que são voltados para as pessoas e não para a cidade.”

Com projetos desenvolvidos na criação de pisos táteis, a arquiteta explicou que o utilizado em Florianópolis foi feito antes da norma, porém, o piso não é um guia, mas um sinalizador de obstáculos.

Com a palestra “Design Universal na Abrangência das Ideias, dos Objetos, das Pessoas, dos Edifícios e das Cidades”, o doutor em Arquitetura Marcelo Pinto Guimarães falou do cotidiano de pessoas com deficiência e o que poderia ser feito para uma vida mais independente. Guimarães condenou parcela da sociedade que insiste em segmentar a deficiência. “Ela é uma característica e não um rótulo. A deficiência não existe, não é uma condição das pessoas. Ela é uma relação com o ambiente. Se apagarmos as luzes não veremos mais nada e nem por isso somos deficientes. O ambiente é que não proporciona a luminosidade ideal.”

Segundo ele, antes de serem criadas leis é preciso se ver dentro do problema. Para que uma obra alcance seu objetivo, os projetos devem ser planejados e executados em parceria, explicou Guimarães. “A acessibilidade que é pensada por um, é executada por outro”, continuou.

Legislação é rica, mas falta fiscalização

Na palestra “Legislação sobre Acessibilidade”, a presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC), Márcia Coutinho, enfatizou, dia 4, que o país possui ampla legislação vigente com relação à acessibilidade. Exemplo é o Decreto 5.296/04, que estabelece normas claras e critérios para promoção da acessibilidade de pessoas com deficiências ou com sua movimentação dificultada por fatores variados. “Temos uma vasta legislação, o que falta é a fiscalização dos órgãos competentes”, reclamou.

Para Márcia, o mais importante é uniformizar a informação para garantir a acessibilidade aos equipamentos e serviços, além de criar multiplicadores de acessibilidade, capacitando e qualificando técnicos e líderes. “A união entre a sociedade e os ministérios públicos poderá resultar num grande trabalho de cooperação e fiscalização”, declarou.

Ela defendeu a criação de um selo para as escolas que se antecipam à própria fiscali-

zação. “Projetos efetivamente executados é a melhor forma de conceder a acessibilidade”, continuou.

Com a palestra “Projetos e Recursos para Otimização da Acessibilidade nos Municípios”, a representante Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência (Corde) da Secretária Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), Niusarete Margarida da Silva, afirmou que muita coisa pode ser feita, mesmo sem recursos. “É preciso uma mudança de atitude para quebrar estas barreiras e para isso não se fazem necessários tantos recursos”, prosseguiu.

O Corde é o órgão responsável pela gestão de políticas voltadas para integração da pessoa com deficiência, objetivando a defesa de direitos e a promoção da cidadania. Tem como função implementar essa política e, para isso, atua de forma normativa e reguladora das ações desta área no âmbito federal. Ela também articula políticas públicas existentes, tanto na esfera federal como em outras esferas governamentais.

Lições de superação marcam Seminário Estadual da Acessibilidade

Tetraplégico de nascença dá exemplo de vida mostrando que limitações físicas podem se transformar em determinação, garra e persistência

Rose Mary Paz Padilha

Uma história de superação que é exemplo de vida foi o foco da palestra de abertura do Seminário Estadual de Acessibilidade, realizado nos dias 4 e 5, no Auditório Antonieta de Barros, na Assembléia Legislativa. Numa palestra motivacional, Eduardo Torto Meneghelli, técnico em Habilitação Básica de Construção Civil, tetraplégico de nascença, emocionou o público.

A superação, tema da palestra, acompanha Eduardo desde criança, quando começou a enfrentar as dificuldades impostas a uma pessoa com limitações físicas, transformadas em determinação, garra, persistência e principalmente vontade de viver. Foi catador de recicláveis, vendedor de jornais, palhaço em festas infantis e vendedor de bilhetes de loterias. Tudo para poder sobreviver, mas sem deixar de lado seus sonhos e ideais. “Nunca tive pena de mim mesmo. Em toda minha vida sempre fui uma pessoa alegre e feliz, que me diverti muito, sem reclamar da minha deficiência física”, declarou.

Numa conversa informal e comovente, e com muito bom humor, o palestrante contou suas experiências na tentativa de ajudar as pessoas a valorizarem suas

próprias vidas, aceitando suas deficiências, mas lutando para serem felizes. Fotografias apresentadas ao público mostraram que a felicidade sempre foi sua companheira por opção, onde a família (em especial a mãe, que sempre lutou pelos direitos do filho), os amigos e os colegas de trabalho tiveram papel fundamental. A mulher, Sandra Mara, com quem é casado há 16 anos e por quem tem admiração especial por sua dedicação, e os dois filhos, Eduardo Neto e Luis Fernando, são seus companheiros fiéis e o acompanham nas palestras motivacionais e na sua dedicação a trabalhos comunitários, de inclusão social e solidariedade.

Ex-vereador em Balneário Camboriú, onde foi o mais votado para a gestão 1993/1996, Eduardo foi fundador e presidente da Academia do município, onde reside. Atualmente cursa Pedagogia e seu objetivo após a conclusão do curso é trabalhar com crianças. “Precisamos mostrar que somos capazes, que podemos correr atrás dos nossos objetivos. Espero que os governantes das esferas federal, estadual e municipal não façam leis que permitam apenas o nosso deslocamento, mas que nos deem condições de sermos cidadãos por completo”, afirmou.



Eduardo Torto Meneghelli emociona público com palestra inaugural do seminário, resgatando sua trajetória de vida em que a superação foi a grande aliada

Arquiteta e engenheiro falam dos espaços

Com o tema “Deficiência, Restrição e Maximização das Capacidades”, a arquiteta e urbanista, Ana Cláudia Alves Pinto, Mestre em Projeto de Acessibilidade, afirmou, em palestra no dia 4, que o problema não atinge somente as pessoas com algum tipo de deficiência permanente. A restrição, segundo ela, é sentida também por uma grande parcela da população na qual a deficiência é temporária ou em condições de maior dificuldade de acessibilidade como crianças, obesos ou idosos. Estas situações, afirma, causam constante constrangimento.

“Apesar de serem as pessoas com deficiência as que mais sofrem, o olhar a estes problemas tem que ser universal, pois em

algum momento da vida todos nós vamos passar por condições ruins de acessibilidade”, defendeu Ana Cláudia. Ela cita como exemplos disso o turista que não consegue se comunicar em outra língua e o analfabeto que tem dificuldade na escolha de um prato no restaurante.

Em outra palestra do dia 4, “Otimizando a acessibilidade: Utilização do Desenho Universal”, o engenheiro civil Sidart Gaia contou que o assunto surgiu de uma filosofia concebida a partir das necessidades das pessoas que sofreram lesões na Segunda Guerra Mundial. Ele fala que a concepção é de um design que se possa aplicar a todo o mercado, levando em conta alguns conceitos, como equitabilidade

(o manejo do objeto em qualquer lugar para uso de qualquer pessoa), flexibilidade (adaptação ao ambiente através de um uso simples e instrutivo); mínimo esforço (acesso livre e facilitação para o uso dos ambientes principalmente aos que têm algum tipo de deficiência); tolerância ao erro (design minimiza o risco e as consequências adversas de ações involuntárias ou imprevistas) e a captação da informação (com a qual o design comunica eficazmente, ao usuário, as informações necessárias).

Outro aspecto levantado por Sidart Gaia é que, com as atuais técnicas médicas, os portadores de deficiência têm maiores possibilidades de ser atendidos em suas necessidades e ter uma vida

mais produtiva. Também chamou a atenção para o aumento do poder aquisitivo e a globalização, que determinou que este grupo se tornasse um consumidor exigente. O aumento do intercâmbio entre culturas distintas, explica, acabou por exigir mais espaços comuns possíveis para a utilização de qualquer pessoa. Tenha ela deficiência permanente, temporária ou mesmo apenas dificuldade de acessibilidade. “A filosofia propõe espaços concebidos de forma ampla a uma boa parcela da população como os idosos, crianças e deficientes permanentes e temporários”, observa Gaia. E conclui: “A acessibilidade conduz para a utilização dos locais com segurança e autonomia”.

maior problema até hoje têm sido as adaptações necessárias para que uma casa ou apartamento se torne funcionalmente habitável.

Mesa-redonda destaca defesa dos direitos

Uma mesa-redonda abriu os trabalhos do Seminário no dia 5, com o tema “O papel das instituições na defesa dos direitos da pessoa com deficiência frente à aplicabilidade do Decreto Federal 5.296/04”. Participaram da discussão representantes dos conselhos municipais dos direitos da pessoa com deficiência de Joinville e Chapecó, Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, OAB, Fundação Catarinense de Educação Especial e grupo de trabalho Floripa Acessível.

O Decreto Federal estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Mas na prática, segundo os participantes, muito ainda precisa ser feito. “É preciso assegurar políticas públicas para as pessoas com deficiência”, afirmou o presidente do Conselho Estadual, Laércio Ventura.

O presidente do Conselho Municipal de Joinville, Iran Oliveira, destacou a importância

dos portadores de deficiência procurarem os conselhos municipais para que seus direitos sejam cumpridos. A coordenadora do grupo de acessibilidade Floripa Acessível, Lília Lopes, falou sobre uma das bandeiras do grupo, como a implantação da Rota Acessível, que consiste na eliminação de barreiras arquitetônicas, privilegiando a acessibilidade.

O Ministério Público Estadual (MPE) abordou as ações do órgão em prol da acessibilidade em Santa Catarina. O promotor de Justiça, Alexandre Herculano Abreu, afirmou que vários ajustamentos de conduta já foram realizados em benefício dos portadores de deficiência, mas que é preciso pôr em prática os direitos constitucionais.

Entre as ações empreendidas pelo MPE, estão a implantação de vagas de estacionamento para deficientes, professores intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nas escolas e universidades e adaptações visando a acessibilidade em prédios públicos e privados.

Encontro conclui que há muito o que fazer

O I Seminário Estadual de Acessibilidade concluiu, após dois dias de discussão, que muito ainda precisa ser feito em cada um dos municípios brasileiros, em especial os de Santa Catarina, para garantir a mobilidade de todos.

Apesar disso, muito também já foi realizado e é grande o número de pessoas e profissionais engajados nesta meta. O encontro encerrou dia 5 com uma palestra da arquiteta Silvana Cambiaghi, sobre “A Arquitetura e a Mobilidade”, e do gerente de Integração das Políticas de Mobilidade do Ministério das Cidades, Cláudio Oliveira da Silva.

Segundo Silvana, a maior preocupação atualmente é com relação à universalidade da arquitetura, ou seja, fazer com que haja uniformidade em todos os projetos arquitetônicos, o que viria beneficiar todas as pessoas com necessidades especiais. O

* Participaram da cobertura: Denise Arruda Bortolon, Scheila Dziedzic e Verlaine Silveira



Gaia parte da experiência dos lesionados na Segunda Guerra Mundial

AS RIQUEZAS DO OESTE E EXTREMO-OESTE

Mais de 700 mil habitantes em 78 cidades da região

Marema - A transformação dos dejetos de suínos em ração para o gado é uma novidade introduzida pelo Grupo Gaspari, responsável pela maior parte da arrecadação do município. População: 2.282 habitantes.

Modelo - Modelo é sede da Festa Estadual do Porco Assado no Rolete e do Festival Interestadual da Canção, sendo conhecida como a Capital do Verde. População: 3.772 habitantes.

Mondaí - A citricultura, além de principal atividade econômica de região, atrai turistas que dobram a população durante a Festa da Fruta. População: 9.126 habitantes.

Nova Erechim - As tradições gaúchas trazidas pelos colonizadores são mantidas nos CTGs, nas rodas de chimarrão e no Festival João-de-Barro de música nativista. População: 4.118 habitantes.

Nova Itaberaba - Os imigrantes que chegaram a região acharam os filões de ametista nos morros e vales. Vem daí o nome "Itaberaba", que em tupi-guarani significa "pedra que brilha". População: 4.117 habitantes.

Novo Horizonte - O município tem 90% de sua população vivendo na zona rural, de onde vem a maior parte da arrecadação. População: 2.902 habitantes.

Ouro Verde - Os pinheirais verdejantes que deram nome ao município cederam lugar às grandes plantações de soja. População: 2.152 habitantes.

Palma Sola - O extrativismo vegetal – de madeira e erva-mate – foi a primeira atividade econômica dos imigrantes. Atualmente as plantações são a principal fonte de renda do município. População: 7.942 habitantes.

Palmitos - Às margens do rio Uruguai Palmitos é sempre muito procurada pelos turistas por causa do seu complexo turístico de águas termais com águas a temperatura de 38°C. População: 16.061 mil habitantes.

Paraíso - As quedas d'água do Salto das Flores têm potencial para a exploração do turismo como nova alternativa econômica. População: 4.195 habitantes.

Passos Maia - A Igreja São Jorge, toda construída em madeira, e as Quedas do Rio Chapecó são as principais atrações do município, que vive basicamente da extração vegetal. População: 4.765 habitantes.

Pinhalzinho - Município em franco desenvolvimento, com economia forte na indústria e no moderno e competitivo comércio. Possui, prestação de serviços básicos de qualidade, profissionais capacitados e grandes empreendedores. População: 14.691 habitantes.

Planalto Alegre - A vocação agrícola, herdada dos imigrantes italianos, é a base da economia do município. Desde o início prevaleceu a mão-de-obra familiar, em pequenos lotes de 10 hectares. População: 2.639 habitantes.

Ponte Serrada - Gastronomia e belezas naturais atraem visitantes da Argentina e do Paraguai ao município, situado no "Caminho do Mercosul". População: 11.210 habitantes.

Princesa - O município mantém viva as tradições alemãs na Kerbfest. O nome Princesa tem origem na história do caboclo João Maria de Lara que dizia ter visões de uma princesa na copa de um pinheiro. População: 2.604 habitantes.

Quilombo - A cidade tem a única fonte de água termal sulfurosa do estado. A Casa da Cultura de Quilombo é referência regional em termos de valorização da cultura e preservação da memória. População : 10.871 habitantes.

Riqueza - A colonização de Riqueza



começou em 1930, com a chegada de imigrantes alemães e russos e a exuberância das florestas inspirou o nome do município. População: 4.998 habitantes.

Romelândia - Os irmãos Romeu e Roneci Gransotto deram início à colonização de Romelândia, que significa "Terra de Romeu", abrindo estradas e construindo pontes. População: 5.738 habitantes.

Saltinho - O Festival de Música Sertaneja do Saltinho movimenta o município que tem, nas comunidades do Interior, os saltos d'água que lhe deram o nome. Inicialmente se chamava de São Sebastião do Saltinho. População: 4.072 habitantes.

Santa Helena - A atividade econômica da época em que a extração de madeira era o principal pilar econômico do município resultou em serrarias e fábricas de esquadrias e de pequenos móveis. População: 2.437 habitantes.

Santa Terezinha do Progresso - A colonização começou na década de 1940. A localidade recebeu o nome da padroeira, Santa Terezinha, acrescentou o complemento "do Progresso". População: 3.044 habitantes.

Santiago do Sul - O CTG Chama Crioula, onde se realiza anualmente o Rodeio Crioulo, é a grande atração do município, que recebe até 10 mil visitantes no último fim-de-semana de fevereiro. População: 1.450 habitantes.

São Bernardino - Os primeiros habitantes da região onde fica São Bernardino eram caboclos. Os imigrantes de ascendência alemã foram os primeiros a chegar na localidade, em 1958. Mais tarde vieram os descendentes de italianos. População: 2.653 habitantes.

São Carlos - Tem como atrações as estâncias hidrominerais e o maior órgão a ar do estado. O Rodeio Crioulo e a EXPAINCO, a Exposição-Feira Agropecuária Industrial e Comercial de São Carlos, também trazem muitos turistas à cidade. População: 10.372 habitantes.

alto do calendário de eventos do município. O nome do município se deve ao santo católico, padroeiro da cidade. População: 1.972 habitantes.

São Miguel do Oeste - Centro do desenvolvimento do oeste catarinense, a cidade é conhecida como ponto de parada para os turistas argentinos em viagem para o Brasil e vice-versa. Pólo de desenvolvimento e de cultura da região fica a 660 km do litoral. População: 33.806 habitantes.

Saudades - Saudades se caracteriza pela hospitalidade com que recebe seus visitantes nos inúmeros eventos que promove, fato pelo qual é denominada carinhosamente de Vale da Hospitalidade. População: 8.587 habitantes.

Serra Alta - A vista panorâmica que se descortina dos 648m de altitude do município inspirou seu primeiro nome - Vista Longa. A altitude também inspirou o nome atual, atribuído em 1954. População: 3.200 habitantes.

Sul Brasil - Município localizado entre os Rios Burro Branco e Pesqueiro, no Extremo-oeste, e é formado por 15 comunidades. O nome se deve a Companhia Colonizadora Sul Brasil que em 1944, coordenou a chegada dos colonizadores. População: 3.061 habitantes.

Tigrinhos - As festas religiosas e os grupos de idosos movimentam o município, em que a maioria da população tem idade superior a 55 anos. O nome do município está ligado à morte de dois filhotes de tigre (onça) em um riacho da comunidade. População: 1.741 habitantes.

Tunápolis - O espírito festivo dos habitantes do município se manifesta durante todo o ano em festas, festivais e competições esportivas. O primeiro nome da vila foi Tunas, devido ao grande número de cactus encontrados na região. População: 4.650 habitantes

União do Oeste - O município possui 700 propriedades rurais e foi colonizado na década de 1940. Em 1987, dois distritos de Coronel Freitas, Jardinópolis e São Luís, decidiram se unir e formar o município de União do Oeste. População: 3.058 habitantes.

Vargeão - No município existe uma das oito crateras existentes no Brasil abertas por fragmentos de meteoro há milhões de anos. A formação é constituída por uma depressão topográfica de cerca de 150m. População: 3.560 habitantes

Xanxerê - Cascatas em meio à mata fechada e preservada e a cultura indígena são os maiores atrativos de Xanxerê que era habitada por índios guaranis e kaingang até o início do Século XX. População: 40.228 habitantes.

Xaxim - Terceiro colocado em exportação de aves no Brasil, o município também preserva e recupera seus recursos naturais. Xaxim, na língua indígena, significa "pequena queda d'água". População: 24.318 habitantes.

São Domingos - Situada no encontro do rio Bonito com o Chapecó, São Domingos é uma cidade com excelente opção para o turismo de natureza, especialmente para a prática de esportes náuticos e competições aquáticas. População: 9.346 habitantes.

São João do Oeste - O bicho-da-seda é importante fonte de renda para o município, que produz 25 toneladas de casulos por ano. A comunidade sede teve o seu início de colonização em 1932. População: 6.020 habitantes.

São José do Cedro - As tradições trazidas pelos imigrantes vindos do Rio Grande do Sul são preservadas nas rodas de chimarrão e no festival de música nativista. A grande quantidade de cedros é o que deu nome ao município. População: 13.699 habitantes.

São Lourenço do Oeste - Neste ano o município comemora seu cinquentenário e inaugura o "Acervo de Memória", para preservar as tradições e a história. O nome do município é uma homenagem ao padroeiro local. População: 21.799 habitantes.

São Miguel da Boa Vista - O Dia do Motorista e a Festa do Colono, são o ponto

Chapecó tem o melhor índice no Oeste

Com 164 mil habitantes, município é pólo da região e tem na educação a alavanca para o desenvolvimento



Divulgação Prefeitura Municipal de Chapecó

Entre as cidades catarinenses, Chapecó aparece em 14º lugar no ranking e no Brasil está em 38º lugar no Atlas de Desenvolvimento Humano

Vários municípios do Oeste catarinense estão experimentando um importante crescimento econômico e social. Mas é a cidade pólo, Chapecó, com pouco mais de 164 mil habitantes (IBGE 2007), que continua com o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – 0,848 – de acordo com levantamento feito em 2000 para compor o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Como o índice máximo é 1, o município recebeu um valor

considerado alto, formado a partir de quesitos que envolvem educação, longevidade e renda da população. Entre todos os municípios de Santa Catarina, tem o 14º melhor IDH. Em relação ao Brasil, está na 38ª posição.

A área que mais contribuiu para a elevação do índice de Chapecó, em 11,43% no período de 1991 a 2000, foi a educação (51,7%). Ainda de acordo com dados do IBGE, a taxa de analfabetismo é a mais baixa da região, apenas 8,79% da população. No

ano passado, 4,6 mil crianças foram matriculadas na pré-escola, 27 mil no ensino fundamental e 6,5 mil no médio. Os dados disponíveis sobre educação superior, referentes a 2005, apontam 7,6 mil jovens matriculados. Além do ensino formal, 2,3 mil crianças e adolescentes frequentam oficinas de formação mantidas pela prefeitura.

Outros índices comprovam a melhoria da qualidade de vida na cidade. No mesmo período de 10 anos, a mortalidade infantil

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Microrregião Chapecó	
Município	IDH municipal, 2000
1º Chapecó	0,848
2º Saudades	0,831
3º Cunhataí	0,831
4º Pinhalzinho	0,826
5º Cordilheira Alta	0,826
6º Cunha Porã	0,824
7º Caibi	0,821
8º Planalto Alegre	0,817
31º São Bernardino	0,748
32º S. Terezinha do Progresso	0,745
33º Saltinho	0,745
34º Tigrinhos	0,741
35º Caxambu do Sul	0,738
36º Guatambú	0,737
37º Campo Erê	0,728

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

caiu de 17,4 para 11 em mil nascimentos, enquanto a longevidade média saltou de 72,9 para 76,3 anos.

Para este público em especial

é mantida a Casa do Idoso e o projeto "Superidade", com atividades de lazer e recreação, atendimento médico e odontológico e condicionamento físico.

São Miguel do Oeste oferece a maior expectativa de vida

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Microrregião São Miguel do Oeste

Município	IDH municipal, 2000
1º São Miguel do Oeste	0,838
2º Itapiranga	0,832
3º Tunápolis	0,821
4º São João do Oeste	0,811
5º Mondaí	0,809
6º São José do Cedro	0,804
7º Guarujá do Sul	0,803
8º Descanso	0,796
16º Belmonte	0,759
17º Palma Sola	0,757
18º Princesa	0,751
19º Romelândia	0,748
20º Dionísio Cerqueira	0,747
21º Barra Bonita	0,743
22º Flor do Sertão	0,724

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

São Miguel do Oeste é o município que apresenta o mais elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Extremo-Oeste de Santa Catarina. Com pontuação 0,838, ocupa a 23ª posição no estado e a 82ª no país.

A população, de 33,8 mil habitantes (IBGE 2007), tem expectativa de vida de 77,7 anos, a mais elevada da região. Já a mortalidade infantil é de 8,5 por cada mil crianças nascidas vivas, a mais baixa entre os municípios do Extremo-Oeste.

Os serviços básicos são praticamente universais na cidade: 99% das residências têm energia elétrica, 96,81% são atendidos por rede de abastecimento de água e 93,16% dos domicílios urbanos têm coleta de lixo sistemática.

Na educação, os números também impressionam. A taxa de analfabetismo caiu de 6,95%, em 1991, para 4,60%, em 2000. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) passou, no mesmo período, de 0,80 para

0,89. Em 2007, 1.109 crianças garantiram vagas na pré-escola e 5.060, no ensino básico. O ensino médio recebeu, no ano passado, 1.765 matrículas. A boa notícia nessa área é o investimento de R\$ 5 milhões para a construção da unidade do Centro Federal de Educação e Formação Tecnológica (Cefet) na cidade.

A geração de empregos também tem levado São Miguel do Oeste a posição de destaque na região. De janeiro a agosto, a taxa de empregos formais cresceu 10,18%, resultado direto de investimentos na agroindústria e na construção civil. É que, além do Cefet, outra grande obra em andamento é a do Hospital Regional do Extremo Oeste.



Cleia Maria Braganholo

São Miguel universalizou o acesso para a população aos serviços básicos

Referência no combate ao câncer de pele

Hospital Regional do Oeste tem tecnologia de ponta para tratar doença, que vem crescendo entre produtores rurais

O câncer de pele é uma das maiores preocupações da área da saúde no Oeste de Santa Catarina. A incidência da doença vem aumentando especialmente entre os produtores rurais por conta das longas horas de trabalho ao sol. O Hospital Regional do Oeste (HRO), instalado em Chapecó, promove trabalho de conscientização e prevenção à doença, incentivando o uso do protetor solar, roupas de mangas longas e chapéus.

Nos casos em que o câncer de pele já foi diagnosticado, a aposta é no tratamento com o que há de mais moderno. Foram investidos R\$ 1 milhão num equipamento denominado Ortovoltagem, importado dos Estados Unidos, R\$ 300 mil, na adequação do espaço físico para receber a máquina e outros R\$ 50 mil em mobiliário.

Física médica e especialista em radioterapia, Cláudia Gonçalves Baptista é responsável pela

operação do aparelho, que emite radiação ionizante na faixa de energia de 75 kV a 300 kV. A radiação destrói células tumorais desde a superfície da pele até poucos centímetros de profundidade, em cinco níveis de emissão.

O Instituto Nacional de Câncer (INCA) divulga em seu site a estimativa para novos casos da doença em Santa Catarina. Para o câncer de pele, a projeção é de 260 novos casos entre homens e 250 entre mulheres. Cláudia explica que, como o Oeste tem sua economia baseada na agroindústria e produção de grãos, muitos trabalhadores ficam expostos aos raios do sol no período mais prejudicial, aumentando o índice da doença. "Por isso é tão importante que, assim como o diagnóstico, o tratamento seja feito com agilidade e precisão. Identificadas as vítimas desta doença, podemos também reforçar as ações educativas e preventivas."

Cieleia Maria Braganholo



Além do programa de prevenção à doença, hospital trata casos diagnosticados, tendo investido R\$ 1 milhão em equipamentos

HRO recupera equilíbrio financeiro e amplia serviços



Na busca constante do equilíbrio financeiro, entidade tem 180 médicos que atuam em 38 especialidades, contando com sete salas de cirurgia

Divulgação Luciano Alves

Há três anos, a Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira, instituição filantrópica formada por representantes de entidades da região, assumiu a administração do hospital. De lá para cá, o desafio tem sido recuperar e manter o equilíbrio financeiro do hospital, ampliar a oferta de especialidades médicas e exames de diagnóstico, além de qualificar os recursos humanos.

Recuperado, o HRO tem hoje 180 profissionais médicos em 38 especialidades, sete salas de cirurgia em pleno funcionamento e ostenta uma considerável lista de serviços, gerais e de alta complexidade nos quais é referência: oncologia, quimioterapia, radioterapia, captação e transplante de tecidos, córneas e rins, traumatologia-ortopedia, gestação de alto risco, UTI neonatal e urgências/emergências.

O presidente da entidade, Severino Teixeira da Silva Filho, garante que o esforço valeu a pena. Ele cita pesquisa que mostrou que 97% dos pacientes avaliam o atendimento no HRO como bom/ótimo. "Em três anos saímos da condição de absoluto descrédito para a plena confiança de uma região que abrange pelo menos 1,5 milhão de pessoas."

Em 2008, a área de diagnóstico recebeu investimentos. Foram implantados os serviços de ressonância magnética e de tomografia helicoidal, e adquirido um aparelho chamado Arco em C, também para diagnóstico por

imagem. Entre as vantagens do equipamento, explica Severino, está a possibilidade de identificar, com maior agilidade e precisão, a morte cerebral de um paciente, facilitando a captação de órgãos.

Entre as medidas mais urgentes, Severino elege busca de condições para a captação e o transplante de fígado. Ele defende ainda a implantação do serviço de hemodinâmica - procedimento invasivo que pode diagnosticar ou corrigir problemas cardiovasculares - e a instalação da unidade para queimados.

Outro plano, a criação da ala de oncologia pediátrica, já começa a se tornar realidade. O presidente do HRO explica que, atualmente, cerca de 60 crianças vítimas de câncer saem da região para tratamento em Florianópolis. "Elas ficam sujeitas às longas viagens e sofrem com os efeitos do tratamento, incômodo que poderá ser reduzido quando o hospital abrir a ala oncológica dedicada às crianças."

Para que o objetivo se concretize, está sendo fundamental a união de duas empresas, que já financiaram o projeto para a instalação da nova ala, agora em análise na Vigilância Sanitária.

Mais um ponto positivo para o HRO que há 10 anos consecutivos recebe o título "Hospital Amigo da Criança", concedido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Fundo das Nações Unidas (Unicef).

Oeste produz 8,6% das riquezas de SC

Chapecó é o coração econômico, respondendo por 39,42% do PIB. Região se posiciona como Complexo Alimentar e de Bebidas

Cinquenta e seis municípios compõem o Oeste catarinense, abrigando, conforme dados de 2006 do IBGE, 539,8 mil habitantes, o equivalente a 9,2% da população estadual. A soma do Produto Interno Bruto (PIB) destas cidades chegou a R\$ 7,3 bilhões (IBGE 2005) – 8,6% do total de Santa Catarina. Chapecó participa com 39,42% - R\$ 2,8 bilhões de PIB. Não à toa a cidade é a quarta entre as melhores para se investir da região Sul e a 13ª no Brasil, conforme o Atlas do Mercado Brasileiro, da Gazeta Mercantil.

Mesmo sendo Chapecó a cidade pólo da região, com 164,8 mil habitantes e a maior geradora de riqueza, cabe ao pequeno município de Cordilheira Alta, de apenas 3,3 mil moradores, o melhor PIB per capita: R\$ 25,2 mil no ano de 2005, ou R\$ 8,1 mil à frente de Chapecó. Santiago do Sul é a cidade de menor população, 1.450 pessoas. O menor PIB cabe a Tigrinhos, 11,6 milhões.

O chamado Grande Oeste abriga o Complexo Alimentar e de Bebidas catarinense, de acordo com a publicação "Santa Catarina em Dados 2008", da Federação das Indústrias (Fiesc). São pouco mais de 3,3 mil indústrias, 91 mil

trabalhadores e 23,3% do Valor de Transformação Industrial de Santa Catarina. A região exportou 2,5 bilhões de dólares em 2007, 34,9% das exportações estaduais, e foi responsável por 6% de todo o ICMS gerado no estado.

No ano de 2007, último dado disponível, a balança comercial foi positiva, alcançando um saldo de US\$ 208 milhões. Xaxim foi a cidade de maior destaque no comércio externo.

Em 2006 vendeu a outros países 72 milhões de dólares. A tendência foi mantida em 2007, quando apresentou um incremento de 113% nas exportações, a maior alta registrada entre todas as cidades do estado e que resultou em US\$ 153,3 milhões. Venezuela, Holanda e África do Sul foram os países que mais compraram de Xaxim, especialmente produtos alimentícios de origem animal.

As vendas externas da cidade ficaram muito à frente de outros municípios da região. O que mais se aproximou foi Palmitos, com 55 milhões de dólares, seguido por Guatambu (US\$ 27,8 milhões) e Chapecó, com US\$ 15,8 milhões, em todos os caos valores originados principalmente no agronegócio.



Produção de alimentos de origem animal ajuda região a ter posição de destaque na balança comercial, tendo saldo positivo de US\$ 208 milhões

Amosc é referência no estado

A Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (Amosc) completou 40 anos em fevereiro e é uma das referências no estado pelo trabalho que realiza na busca de soluções conjuntas entre os municípios que representa.

O secretário executivo da entidade, Paulo Utzig, conta que o empenho é para organizar consórcios, fórmula que vem dando certo desde 1996, quando foi constituído

o primeiro Consórcio Intermunicipal da Saúde do estado.

Também foi organizado o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e do Meio Ambiente, dentro do qual surgiu o Programa do Mercado Público Regional, que aproveitou os antigos pavilhões da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que iam a leilão, para promover a venda direta de produtos artesanais e coloniais vindos das cidades. "Fizemos

uma readequação da estrutura física numa grande reforma. Em 10 mil metros quadrados temos condição de fortalecer a agricultura familiar", observa Utzig.

O administrador do Mercado Público Regional, Luiz Alberto Nottar, disse que ali estão representados 16 municípios. A comercialização de produtos é só um dos usos do lugar, que também abriga atividades culturais, oferece sala de reuniões e auditório.



Empresa de Pinhalzinho exporta para Panamá, Cuba, Argentina, Paraguai, Estados Unidos e África

Fogões para fora do país

Fogões produzidos em Pinhalzinho abastecem o mercado nacional e são exportados para o Panamá, Cuba, Argentina, Paraguai, Estados Unidos e países do continente africano. Seu proprietário, Ireno José Matte, criou primeiro uma funilaria, depois uma loja para reforma e manutenção de fogões à lenha. Finalmente, no início da década de 70, criou a fábrica de fogões cuja marca é uma homenagem à sua mulher, Clarice.

De acordo com Tiago Matte, da

administração da empresa, são 170 funcionários em duas unidades, responsáveis pela produção média de 500 fogões em 16 diferentes modelos. O fogão à lenha, primeiro a ser produzido pela família Matte, é um dos destaques e aparece em cinco modelos no catálogo da empresa.

Mas a marca está longe de ficar parada no tempo. Pelo contrário, surpreendeu o mercado com o recente lançamento dos modelos Cook e Master Flex, fogões a gás, mas com forno elétrico.

Berço da agricultura familiar colhe aumento da produtividade



Família Kerkhoff garante sustento cuidando da propriedade de 27 hectares, onde planta verduras, mandioca, cria frangos, porcos e vacas de leite

Kerkhoff garante sustento na própria terra

Linha Tombos, ou comunidade de São José, é uma localidade do município de São Carlos. Região calma, com inúmeras pequenas propriedades rurais, onde os eventos de lazer e sociais praticamente se restringem às missas de domingo, aos almoços comunitários, bailes e jogos

de bocha. É nesta comunidade que mora Roque Kerkhoff, de 41 anos, e sua família: a esposa Ledi, o filho Diane, de 11 anos, a pequena Diana, de 1,9 meses, o pai, Zeno, de 80 anos, e a mãe, Ameda, de 78.

Roque e Ledi cuidam da plantação e dos animais nos 27 hectares, onde plantam verduras e

mandioca, criam frangos, porcos e vacas de leite.

Através do trabalho, eles garantem o sustento da família com uma renda aproximada de R\$ 2 mil. "Dá para economizar e reinvestir na produção porque muito do que a gente come é produzido por nós mesmos, ou por um vizinhos e a gente troca."

Modelo se diferencia pela produção diversificada, qualidade de mão-de-obra e capacidade empreendedora

Famílias como os Kerkhoff existem aos milhares no Oeste, berço da agricultura familiar em Santa Catarina. De acordo com Ivan Baldissera, chefe do Centro de Pesquisa para a Agricultura Familiar (Cepaf), da Epagri, na região essa categoria de produtor rural dedica-se especialmente ao plantio do milho, feijão, soja, erva mate, fumo e frutas, à suinocultura e avicultura integradas, e à bovinocultura de leite. "O modelo de agricultura familiar, que há pelo menos 80 anos está presente no que chamamos de Grande Oeste catarinense, se caracteriza por essa produção diversificada, pela qualidade da mão-de-obra e pela capacidade empreendedora das famílias", enumera o chefe do Cepaf.

Ele destaca que Santa Catarina é conhecida mundialmente por apresentar uma agricultura

de base familiar instalada em pequenas áreas de terra. Das cerca de 100 mil propriedades familiares existentes na região, mais de 50% têm área inferior a 20 hectares. "Prova da importância deste modelo está no fato de que mais da metade do PIB da

agropecuária do estado vem do Oeste, com forte base na agricultura familiar."

Uma das principais ferramentas para a consolidação deste modelo de produção é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Baldissera avalia que este é um bom instrumento de política agrícola com financiamento de custeio e investimentos, mas defende que deveria haver um maior volume de recursos disponível e redução da taxa de juros. Outro bom programa que citou é o que incentiva reformas de moradias e financia casas próprias no meio rural, implantado pela Caixa Econômica Federal. Em âmbito estadual as famílias recebem apoio dos programas de distribuição de calcário, o Microbacias 2, Meu Lugar, Revitalizar, Troca-Troca de Sementes e o de Crédito Fundiário, que repassa recursos do governo federal.

Se por um lado existem incentivos e boas práticas de uma política agrícola, por outro existem alguns problemas que ainda não foram resolvidos e ameaçam a perenidade da agricultura familiar. A principal dificuldade está na saída dos jovens do meio rural, o que leva à falta de sucessores para as propriedades.

Valor agregado é o segredo da agroindústria

O Brasil é hoje o maior exportador mundial de carne de frango e o estado que mais contribui na pauta de exportação de aves é Santa Catarina. O analista de mercado de carnes da Epagri, Julio Alberto Rodighieri, explica que a supremacia catarinense é maior no valor das exportações por embarcar produtos de maior valor agregado. As exportações catarinenses, para mais de 100 países, cresceram 23,1% em 2007, acima, portanto, da média nacional, que ficou em 10%.

É no Oeste que ocorre a maior concentração de criação, abate e processamento das aves. Comparando-se os resultados do Censo Agropecuário do IBGE feito em 1996 com o de 2006 é possível perceber um forte avanço da atividade na mesorregião considerada pelo instituto, o chamado Grande Oeste. Em meados da década de 90, a região infor-

mava 74,5 milhões de frangos, 83% menos que o observado em 2006, quando os 56,5 mil estabelecimentos declararam a criação de 136,3 milhões de aves.

O estado também responde pelo maior plantel suíno do país, também concentrado no Oeste. Santa Catarina abriga quase 30% da suinocultura industrial brasileira. Em 2006, 44,6 mil propriedades do Oeste declararam ao IBGE a criação de suínos. O número de animais chegou a 5,1 milhões, volume 48,6% maior que há 10 anos. Na bovinocultura, o rebanho do Oeste equivale a 50,4% do estadual e registrou crescimento maior que a média catarinense, chegando a 35,6%. Em contrapartida, o número de propriedades com bovinos diminuiu 15,8%. "Isto revela que houve um aumento de animais por propriedade que se dedica à produção de leite", observou.



Setor que amargou perdas com quebra de três safras consecutivas recupera fôlego

Pinhalzinho cresce 20% em menos de uma década e é novo pólo regional

No portal de acesso à cidade de Pinhalzinho deveria ter uma grande placa anunciando: há vagas. A cidade vive o melhor momento de sua história e hoje detém o status de micro-pólo regional do desenvolvimento econômico. A população, de 14,6 mil pessoas (IBGE 2007), cresceu quase 20% em menos de uma década, e o Produto Interno Bruto (PIB) evoluiu 30% no intervalo de dois anos. Segundo dados do IBGE, o PIB de Pinhalzinho saltou de R\$ 146,9 milhões, em 2003, para R\$ 191,9 milhões, em 2005.

Centro da região Oeste, a cidade se destaca por não ter na área rural sua principal base econômica. É a área de serviços que mais contribui na formação do PIB (R\$ 95,8 milhões), seguida da indústria (R\$ 53,4 milhões) e por último da agricultura (R\$ 20 milhões). O presidente da Associação Comercial e Industrial de Pinhalzinho (ACIP), Darci Fiorini, apontou que o reflexo do crescimento nas contas públicas é muito forte. Prefeito em

2000, Fiorini tinha apenas R\$ 380 mil de receita mensal para administrar. Hoje a receita da prefeitura chega aos R\$ 2 milhões por mês.

Fiorini conta que o bom momento de Pinhalzinho resulta de um trabalho que começou em 1984, reunindo meio empresarial e político de 14,6 mil pessoas (IBGE 2007), cresceu quase 20% em menos de uma década, e o Produto Interno Bruto (PIB) evoluiu 30% no intervalo de dois anos. Segundo dados do IBGE, o PIB de Pinhalzinho saltou de R\$ 146,9 milhões, em 2003, para R\$ 191,9 milhões, em 2005.

Jovens talentos

Entre os jovens que fizeram parte das primeiras missões empresariais estavam os irmãos Luiz Carlos e Roberto Zagonel. Em 1989, eles fundaram uma empresa familiar no ramo elétrico, hoje uma importante fábrica de chuveiros e duchas que tem na busca pelo diferencial sua principal marca. Tanto que a empresa foi a pioneira na regulamentação eletrônica de

temperatura de chuveiros.

A empresa que começou como oficina de conserto de eletrodomésticos atualmente emprega 80 pessoas e produz, a cada dia, 1.200 chuveiros, em três modelos, e 300 torneiras elétricas, produto recém-lançado. A marca está em lojas de todo o estado e ainda no Rio Grande do Sul, Paraná, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

O sucesso de 19 anos de atividades incentiva os empresários a planejar as primeiras exportações. "Estamos crescendo bastante. O preço que ocupamos hoje, e que só tem um ano, precisará ser duplicado para abrigar a produção necessária a fim de atendermos a demanda", explica Roberto Zagonel. Certificada pelo Inmetro e com ISO 9001, a qualidade dos produtos é atestada por prêmios já conquistados, incluindo o "Talentos Empreendedor Catarinense", o "Qualidade Brasil" e o "Top of Business" por ter a marca mais lembrada do Sul do país em seu segmento.

Extremo-Oeste gera 2,1% do Produto Interno Bruto de Santa Catarina

São Miguel do Oeste responde por 23,8% da força econômica, tendo registrado evolução de 15,6% em 2008

O Extremo-Oeste responde por 2,1% das riquezas produzidas em Santa Catarina, segundo o estudo SC em Dados 2008, da Fiesc. São Miguel do Oeste apresentou no estudo uma evolução de 15,6% no Produto Interno Bruto (PIB) e chegou ao valor de R\$ 433,9 milhões. De acordo com a publicação, o município tem 33,8 mil habitantes e renda per capita R\$ 13,1 mil.

Na condição de maior cidade do Extremo-Oeste de Santa Catarina, responde por 23,8% do PIB de toda a região, formada por 22 municípios. Juntas, essas cidades têm uma população de 162,6 mil pessoas – 2,8% do total catarinense – e somam R\$ 1,8 bilhão de PIB, contribuindo em 2,1% na formação do produto estadual. O PIB da região também apresentou considerável incremento,

de 10,8%.

Com uma população de 15,2 mil pessoas, Itapiranga ostenta o melhor PIB per capita, R\$ 22,4 mil, uma vez que o PIB do município é o segundo maior da região, R\$ 298,6 milhões. O menor município em população é Flor do Sertão, com apenas 1.640 moradores, e em geração de riqueza é Barra Bonita, R\$ 16,2 milhões.

A região divide com o Oeste o Complexo Alimentar e de Bebidas do estado, setor responsável também pelo bom desempenho no comércio internacional, juntamente com os de madeira e mobiliário. Em 2007, a balança comercial foi superavitária em US\$ 18 milhões. Itapiranga mais uma vez se destacou: foi a cidade da região que mais exportou – 21 milhões de dólares –, e a que teve melhor superávit – 17,6 milhões de dólares.

Fotos: Cleia Maria Braganholo



Região tem na produção de leite uma das forças da economia, baseada no Complexo Alimentar e de Bebidas

Produtores de móveis da região conquistam mercado externo

Produtores de móveis do Extremo-Oeste catarinense estão apostando no design diferenciado e no rigor na qualidade técnica para conquistar – e consolidar – posições no mercado. Prova de que a receita está dando certo é o sucesso alcançado durante a sexta edição da Mercomóveis, que reuniu 151 expositores, atraiu 18 negociadores internacionais e 15 missões que envolveram cerca de 450 lojistas nacionais. Resultado: R\$ 180 milhões em negócios no mercado interno e 15 milhões de dólares no mercado externo – Alemanha, Argélia, Itália, Austrália, Espanha, Irlanda, Inglaterra, Chile, Sudão e Estados Unidos.

A diretora de Marketing da feira, Milena Baldissera, que ocupa a mesma função na empresa da família, instalada em São Miguel do Oeste e dedicada especialmente ao segmento de cozinhas projetadas, disse que o que faz do evento um sucesso é o fato de ser organizado pelos próprios fabricantes. “É a nossa Associação de Moveleiros que tem a responsabilidade de planejar a Mercomóveis. Afinal, somos nós, fabricantes, que sabemos as peculiaridades do setor e quais as necessidades que queremos ver sanadas.”

No mesmo espaço e período da Mercomóveis 2008 foram realizados outros dois importantes eventos, o 3º Salão Design e

a 1ª Mostra de Móveis Cara do Oeste, um resgate dos aspectos sociológico e antropológico de um dos mais tradicionais setores econômicos de Santa Catarina. “Rapidamente estamos mudando o perfil dos nossos produtos, agora mais elaborado. Outra preocupação que está facilitando nossa participação no mercado externo é a opção por madeira certificada, de reflorestamento ou MDF”, observou Milena.

Pesquisa

Durante a feira foi realizada uma pesquisa qualitativa para identificar a realidade comercial do varejo de móveis e as necessidades dos lojistas em relação às indústrias fornecedoras. Uma das conclusões é que quase a totalidade dos varejistas entrevistados é do Sul do Brasil, entre os quais 73% comercializam móveis da linha média/popular, correspondendo às estatísticas nacionais de consumo por classe econômica, e 27% comercializam a linha média/alta-decoração, apontando um grupo de interessados em móveis com padrão B e A. Apenas 44% comercializam móveis com foco nas linhas mais econômicas, voltados para as classes D e E.



Com rigor na qualidade técnica e design diferenciado, indústrias se consolidam no mercado



Feira de móveis, que tem Milena como diretora de marketing, amplia fronteiras

Outra tendência observada é que os clientes preferem montar o ambiente do quarto, adquirindo peças avulsas e não os jogos completos. A opção pelo toque pessoal também aparece no mobiliário de banheiros e cozinhas. Setenta e oito por cento

das cozinhas comercializadas são moduladas e sob medida. As salas de estar ganharam ainda mais importância nos últimos anos com o advento do home-theater. Sofás, estantes e racks se destacam nas vendas para esse tipo de ambiente.

Fotos: Cleia Maria Braganholo



Com capacidade para receber até 250 veículos de uma só vez, porto registra fluxo médio diário de 80 carretas e caminhões; aduana faz parte de acordo firmado com Mercosul, abrigoando diversos órgãos

Dionísio Cerqueira, porta para o Mercosul

Porto Seco escoia produtos para Argentina, Bolívia e Chile, movimentando US\$ 30 milhões em cargas por mês

Boa parte das vendas externas deixa a região através do Porto Seco de Dionísio Cerqueira, o único do estado com saída para o Mercosul. O auditor fiscal da Receita Federal na aduana, Maurício Moreira, lembra que a organização do porto é recente, e acaba de completar cinco anos. Até então o controle de merca-

dorias era precário.

A área pode receber até 250 veículos de uma só vez, mas a média diária é de 80 carretas e caminhões, vindos principalmente da Argentina, Bolívia e Chile, além dos que saem do Brasil. "Aqui fazemos a análise de cargas e documentação. Por vezes é necessário reter o veículo por vários dias até o pleno desembaraço", explica.

A aduana é objeto de um acordo com o Mercosul, firmado entre Brasil e Argentina, e abriga vários órgãos. Da parte brasileira, a Receita Federal, o Ministério da Agricultura, a Polícia Federal, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e, por Santa Catarina, a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc). Do lado

da Argentina estão os órgãos equivalentes, Senasa, de controle sanitário, e a Gendarmería, força de segurança militar do país vizinho.

Tamanho controle é absolutamente necessário. Passam por ali todos os meses aproximadamente US\$ 30 milhões em cargas de frutas tropicais, cereais, madeira, papel, carne, inseticidas, autopeças e

maquinário, numa infra-estrutura mantida por 300 pessoas. "O principal problema que enfrentamos é na identificação de pragas. Em alguns casos, conseguimos fazer o tratamento no local e liberar a carga já desinfetada. Noutras é necessário destruir a carga ou mandar de volta ao país de origem, o que sempre causa bastante reclamação", observa Moreira.

Leite impulsiona economia de São José do Cedro

A população de São José do Cedro, de 13.699 habitantes, vive principalmente da agropecuária, com destaque para o leite. É o caso do criador Alfeu Fortuna, dono de uma área de 80 hectares. Há 20 anos ele começou com três vacas leiteiras e hoje, de um rebanho de

110 cabeças, tem 60 na ordenha. Ele investiu na raça holandesa, de excelente produtividade, e tira de seu plantel, em média, 1,5 mil litros/dia. "Em 2009, teremos pelo menos 80 vacas na ordenha", revela.

A produção e a industrialização do leite contribuíram para que a cidade do Extremo Oeste fosse o

quinto município catarinense com maior evolução no Demonstrativo de Crescimento do Valor Adicionado, base para o cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Para se ter uma idéia, na própria região a cidade que mais se aproxima do resultado é Mondaiá, em 31º lugar. No compa-

rativo do resultado de 2007 sobre 2006 o crescimento de São José do Cedro foi de 78,90%, com o valor adicionado de R\$ 135,4 milhões.

O setor tem enfrentado dificuldades por conta da guerra fiscal. Paraná e São Paulo isentaram o produto do ICMS, reduzindo a competitividade de estados como Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ainda assim, segundo o analista de mercado de leite da Epagri, Francisco Heiden, o estado, que era o sexto maior produtor até 2006, em 2007 passou São Paulo e conquistou a quinta posição.

Do total de 1,7 bilhão de litros produzidos por ano em Santa Catarina, 73% saem da mesorregião Oeste, considerada no Censo Agropecuário do IBGE. Nem sempre foi assim. Heiden lembra que há alguns anos a principal atividade era criação de suínos. "Hoje os produtores que saíram da suinocultura investem no leite, que não depende de ciclos, gera renda todos os dias, agrega valor e é usado no auto-consumo."

Genética, tecnologia e manejo puxam produção

Investimentos em genética, tecnologia e manejo explicam o crescimento na produção média anual de leite por estabelecimento em 170,1% entre os censos de 1995-96 e de 2005-2006. Mais uma vez com destaque para a região, que atingiu a média de 20.381 litros/ano por estabelecimento.

O desempenho positivo se refletiu na criação da primeira Feira Internacional do Leite em Santa Catarina, a Mercoláctea Milk Fair. Na primeira edição, atraiu empresários do Brasil, Argentina, China, Venezuela, Uruguai e da Europa. Os negócios realizados e prospectados somaram R\$ 78 milhões e animaram os organizadores do evento. A segunda edição da Mercoláctea, marcada para o março de 2009, foi lançada em outubro.



Dono de uma área de 80 hectares, Alfeu Fortuna se dedica há 20 anos à produção de leite, contando hoje com rebanho de 110 cabeças

Escola em Cordilheira Alta dá lições de vida

Projetos ambientais, culturais e sociais despertam consciência crítica e garantem conquista de prêmios



Fotos: Cleia Maria Braganholo

Plantio de árvores nativas, horta escolar, lições contra a discriminação racial e pela valorização da mulher, estudo e resgate da cultura popular. Os alunos da Escola Estadual Básica de Cordilheira Alta, localizada no município de mesmo nome, têm um verdadeiro cardápio de projetos para se envolver e formar a necessária consciência crítica.

Os trabalhos vêm sendo tão bem desenvolvidos que a escola, além de ser referência no município de pouco mais de 3 mil habitantes, é reconhecida em todo o estado, tendo recebido vários prêmios. Incluindo as duas vezes em que conquistou o Selo Escola Solidária, concedido pelo Instituto Faça Parte em parceria com o Ministério da Educação, Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

O diretor Moacir Nalin explica que as mudanças começaram com

um desafio: reduzir a evasão escolar e o índice de reprovação. "Hoje recebemos 468 das séries finais do ensino fundamental e do ensino médio. O projeto pedagógico que desenvolvemos desde 2005 está trazendo os resultados esperados e servindo de incentivo para ampliarmos cada vez mais os temas abordados dentro da escola."

Agenda 21

O primeiro grande projeto continuado foi o Agenda 21, de Educação Ambiental. Os alunos participaram do plantio de 150 mudas de árvores nativas e organizaram, junto com professores e serventes, uma horta com produtos orgânicos que enriquecem a merenda. Também aprenderam a coletar, separar e encaminhar para reciclagem todo o lixo produzido nas salas de aula. A próxima etapa é a compra de um liquidificador industrial para a transformação, na própria unidade de ensino, do papel usado em papel reciclado. "Com este projeto nós conquistamos o

primeiro Selo Escola Solidária e nos animamos por perceber que estávamos no caminho certo", lembra o diretor.

Outro trabalho reconhecido é o que resgata a cultura popular de Santa Catarina. Tanto que a escola foi uma das escolhidas para participar da II Feira Estadual de Ciência e Tecnologia, realizada no final de outubro, na UFSC. As alunas Vanessa Cristina Sachet e Marina Gabriela Possa, ambas com 15 anos e cursando a segunda série do ensino médio, foram as representantes da turma na feira. Elas contaram que o trabalho se baseou na pesquisa da vida e da obra de Maria Celeste Neves, uma artista plástica catarinense cujo trabalho só foi reconhecido quando já tinha mais de 60 anos.

A releitura do trabalho da artista teve até sessões de bordado que contou com o esforço até mesmo dos meninos da turma. "Foi uma quebra de preconceito. No início eles ficavam meio sem graça, mas depois entenderam que este é um ofício como outro qualquer", avalia Vanessa.

Projeto Agenda 21 garantiu o plantio de 150 mudas de árvores nativas pelos estudantes



Orientadas pela professora de Ciências, as colegas Bruna Maraga e Bruna Mohr estão mais atentas às letras das músicas

Racismo e sexualidade

À professora de História, Therezinha Jagusewski, cabe desenvolver o projeto Afro-descendentes. No dia em que a reportagem do AL Notícias visitou a escola, Therezinha apresentava bonecas de pano negras a uma das turmas como forma de desestimular o preconceito. O aluno Rômulo Roberto da Silva, da 7ª série, resumiu o que já aprendeu nas aulas: "Identificamos as formas de preconceito com mais facilidade. As bonecas, por exemplo, geralmente são brancas e loiras. As crianças negras não têm muita opção.

Estamos mais observadores e mais críticos." A próxima etapa do projeto vai trabalhar outros aspectos culturais da etnia negra, começando pela música e pela dança.

Já a professora de Ciências, Joseli Terezinha Dalla Valle, atua no Núcleo de Educação e Prevenção à Violência. Uma de suas estratégias para envolver as turmas de sétima série foi pedir que pesquisassem letras de músicas que depreciavam as mulheres e desvalorizavam o sexo.

As colegas Bruna Maraga e Bruna Mohr, de 13 anos, admi-

tem que ficaram surpresas com a quantidade de letras cheias de preconceitos e que vulgarizam as mulheres. "Ao mesmo tempo em que pesquisamos letras agressivas, também buscamos letras de músicas e textos que mostram o outro lado, com valores melhores. Com isso nós começamos a ficar mais atentos com as músicas que ouvimos e cantamos. O funk, por exemplo, tem um ritmo gostoso para dançar, mas perde o valor por causa das letras, geralmente de baixo nível", comentou Bruna Maraga.



Rômulo e Raquel: bonecas de pano negras contra preconceito de brinquedos industrializados

Educação fiscal é realidade em escola de Guaraciaba

Alunos que estudam na divisa com a Argentina aprendem conhecimentos tributários brincando

Ela é a última escola catarinense pela fronteira Oeste. Fica tão distante que a internet só chega por sinal ultravioleta, com equipamento importado da Inglaterra. Depois dali já é território argentino. É a Escola Estadual Básica Ouro Verde, no município de Guaraciaba, onde estudam 154 alunos da pré-escola à 8ª série do ensino fundamental, além de uma turma do jardim de infância. Aparentemente uma instituição educacional como outra qualquer, mas ali está sendo desenvolvido o projeto "Vivenciando a Realidade com a Educação Fiscal", inédito em Santa Catarina, que trabalha todas as matérias a partir dos conhecimentos tributários.

A diretora Dérian Naue Mota explica que não é mais possível que a escola se limite à educação formal. Ela defende que é necessário ter um diferencial que contribua na preparação dos alunos para o dia-a-dia em suas famílias e na comunidade. Por isso, após participarem de um curso de Educação Fiscal, aplicado à distância pela Escola de Administração Fazendária (ESAF), do governo federal, os professores da Escola Ouro Verde foram incentivados a trazer para as salas de aula os conhecimentos adquiridos. "Nosso objetivo é que os alunos tenham a exata noção de que grande parte dos impostos está embutida nos produtos adquiridos cotidianamente, o que impede a percepção do peso desses tributos na despesa da família", observa a diretora.

No início do ano, os alunos do jardim e da pré-escola começaram

a recolher embalagens organizando o Mini Mercado Saber Ensinar. Depois foi criado o dinheiro de Ouro Verde e os próprios estudantes desenharam as moedas e as notas com as quais fazem as compras imaginárias. Ao final das compras, é emitida uma nota fiscal que contém todos os dados de uma nota verdadeira, seja do estabelecimento, do consumidor ou das compras feitas.

Consciência

Assistente técnico pedagógico e coordenador do projeto, Paulo Cesar Kochen conta que o que pode parecer uma grande brincadeira é, na verdade, um momento muito sério de educação. "Já fizemos visitas a vários estabelecimentos da cidade e a cada experiência as crianças ficam mais conscientes. Hoje elas chamam a atenção de seus pais caso façam compras e não peçam a nota fiscal. E são capazes de explicar a importância deste procedimento."

As lições são muitas. No Mini Mercado Saber Ensinar as crianças são levadas a escolher entre o necessário e o supérfluo, incentivadas a conferir o troco, a fazer a conta para saber quanto de fato gastaram, a serem educadas na formação de filas para o atendimento no caixa e a manter o ambiente organizado, sem esquecer, é claro, de pedir a nota fiscal ao final das compras. O mercado abre em todos os dias de aula, tendo sempre uma equipe diferente na administração das vendas, formada por alunos da 8ª série.



No Mini Mercado Saber Ensinar, crianças de todas as séries aprendem a comprar só o que é necessário, a conferir o troco e a pedir a nota fiscal



Sala de informática da última escola antes da Argentina só tem acesso à internet graças a um sistema de ultravioleta importado da Inglaterra

Projeto trabalha peso dos impostos no preço final

Marisa Arent, de 14 anos, fez o papel da responsável pela emissão de notas fiscais. "Eu sabia o que era uma nota fiscal, mas não tinha a menor idéia de para o que servia", admite. Seu colega Moacir Rodher, também de 14 anos, trabalhou no caixa, recebendo o dinheiro e fazendo o troco. "Lá fora, fiquei mais atento com o dinheiro e ninguém me engana mais. Na escola, estou mais rápido para fazer conta", comemora. Esta é a mesma impressão do colega Celomar Reinke, de 15 anos. "O que a gente aprende aqui ajuda em todas as matérias."

De acordo com o Tutor de Educação Fiscal Carmo Ternus, um dos idealizadores e incentivadores

do projeto, está sendo colocado em prática o conhecimento que foi adquirido sobre tributação e sobre todo o contexto social envolvido na tarefa de arrecadar e gerir de forma democrática os recursos públicos. "É um projeto que nos traz experiências muito ricas. Podemos trabalhar o peso da tributação no preço final dos produtos, qualidade de vida, alimentação saudável, comportamento ético na aquisição de produtos e serviços. E o aprendizado não se limita aos estudantes. Suas famílias estão sendo envolvidas em todo o projeto e já é perceptível a mudança na consciência sobre as relações de consumo."

Objetivos específicos

- Contribuir para a formação de cidadãos conscientes e atuantes;
- Explicar a origem dos tributos e a razão de sua importância;
- Demonstrar a origem dos recursos oriundos da tributação;
- Mostrar, de forma prática, os mecanismos de geração de tributos e como são cobrados;
- Mostrar a importância dos recursos oriundos da tributação na manutenção dos serviços essenciais colocados pelo Estado à disposição dos cidadãos, inclusive com relação à previdência social;
- Orientar os alunos a desenvolverem hábitos saudáveis de consumo;
- Demonstrar os prejuízos causados à sociedade pela sonegação fiscal, pirataria, etc;
- Sensibilização das famílias dos estudantes quanto ao tema abordado no projeto.



Piscinas de águas termais, com temperaturas que chegam aos 40 graus, são o maior atrativo do turismo regional. Durante o inverno, banheiras de imersão para tratamento de saúde mantêm o movimento de visitantes nas cidades

Rota das Termas, o carro-chefe no turismo

Águas de Chapecó, São Carlos, Palmitos e Quilombo oferecem águas minerais, sulfurosas, termais e barro medicinal

Um dos mais importantes atrativos turísticos do Oeste catarinense é a Rota das Termas, onde se destacam os municípios de Águas de Chapecó, São Carlos, Palmitos e Quilombo. Um território privilegiado no qual podem ser encontradas águas minerais, sulfurosas, termais, além de barro medicinal. As cidades oferecem áreas de lazer e descanso preparadas para receber visitantes vindos de todas as partes do Brasil e também de países vizinhos.

A primeira fonte termal de Águas de Chapecó foi descoberta ainda no final do século 19, mas só em 1934 surgiu o primeiro balneário. Hoje a cidade conta com a estrutura da Companhia Hidro-

mineral do Oeste Catarinense, a Hidroeste, criada em 1978 e que recebe 50 mil turistas na temporada de verão. São 40 mil metros quadrados com uma piscina semi-olímpica, outra coberta e piscinas infantis equipadas com chuveirinhos para divertir as crianças.

As características da água atraem também pessoas que desejam cuidar da saúde. Elas têm à disposição 36 banhei-

ras de imersão, algumas com hidromassagem. Além de chegar



Rio Uruguai oferece uma prainha artificial, que fica lotada nos dias quentes

à superfície com temperatura de 37 graus, a água é alcalina, bicarbonatada e sulfatada sódica,

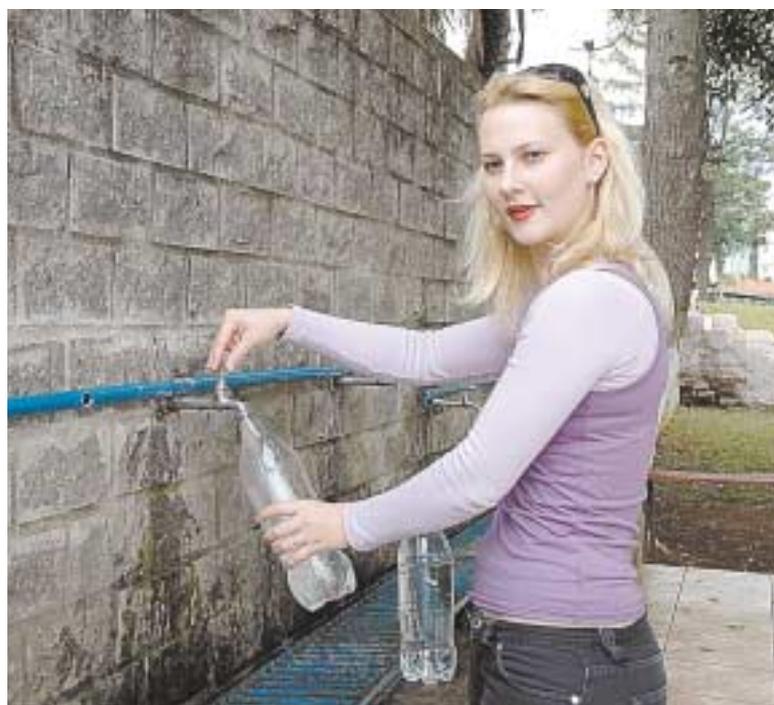
sendo recomendada para tratamento de reumatismo, úlceras, hipertensão arterial, cálculos renais, eczemas e problemas digestivos.

Na cidade vizinha de São Carlos, no Balneário de Águas de Pratas, às margens do Rio Uruguai, a água que brota de um poço artesiano com 80 metros de profundidade também é usada em terapias, bem como o barro medicinal,

encontrado tanto em São Carlos quanto em Águas de Chapecó. No parque aquático da cidade, aberto o ano inteiro, moradores e visitantes se divertem nas piscinas, banheiros e chuveiros com água a temperaturas que variam de 35 a 40 graus.

Há ainda a prainha artificial do Rio Uruguai, que fica lotada nos dias mais quentes e oferece a opção da pescaria. É comum por ali a captura de dourados, pintados e curimatãs, fartamente encontrados nos restaurantes da cidade.

O calendário de eventos de São Carlos é ocupado o ano inteiro, mas duas atrações chamam a atenção: a Festa do Pastel, que ocorre sempre no mês de abril, e a Kerb Fest, festa junina local.



Cleia Maria Baganholo

A praça central da cidade é apenas um dos pontos de abastecimento disponível para população

Palmitos, torneiras com água mineral

Seguindo pela mesma rodovia, a SC-283, chega-se a Palmitos onde, na praça central e em diversos outros pontos da cidade, existem torneiras de água mineral para o abastecimento da população. Mas a principal atração turística é o Balneário de Ilha Redonda, que abriga uma grande área de lazer. Ali a água chega a 38 graus e, por ser, alcalina, bicarbonatada, sódica, sulfatada e radioativa, é recomendada no tratamento do reumatismo e outras doenças. O balneário, de clima bucólico e boa infra-estrutura de hospedagem e alimentação, dispõe de piscinas adaptadas às estações. Por isso, durante todo o ano passam por Ilha Redonda cerca

de 30 mil pessoas.

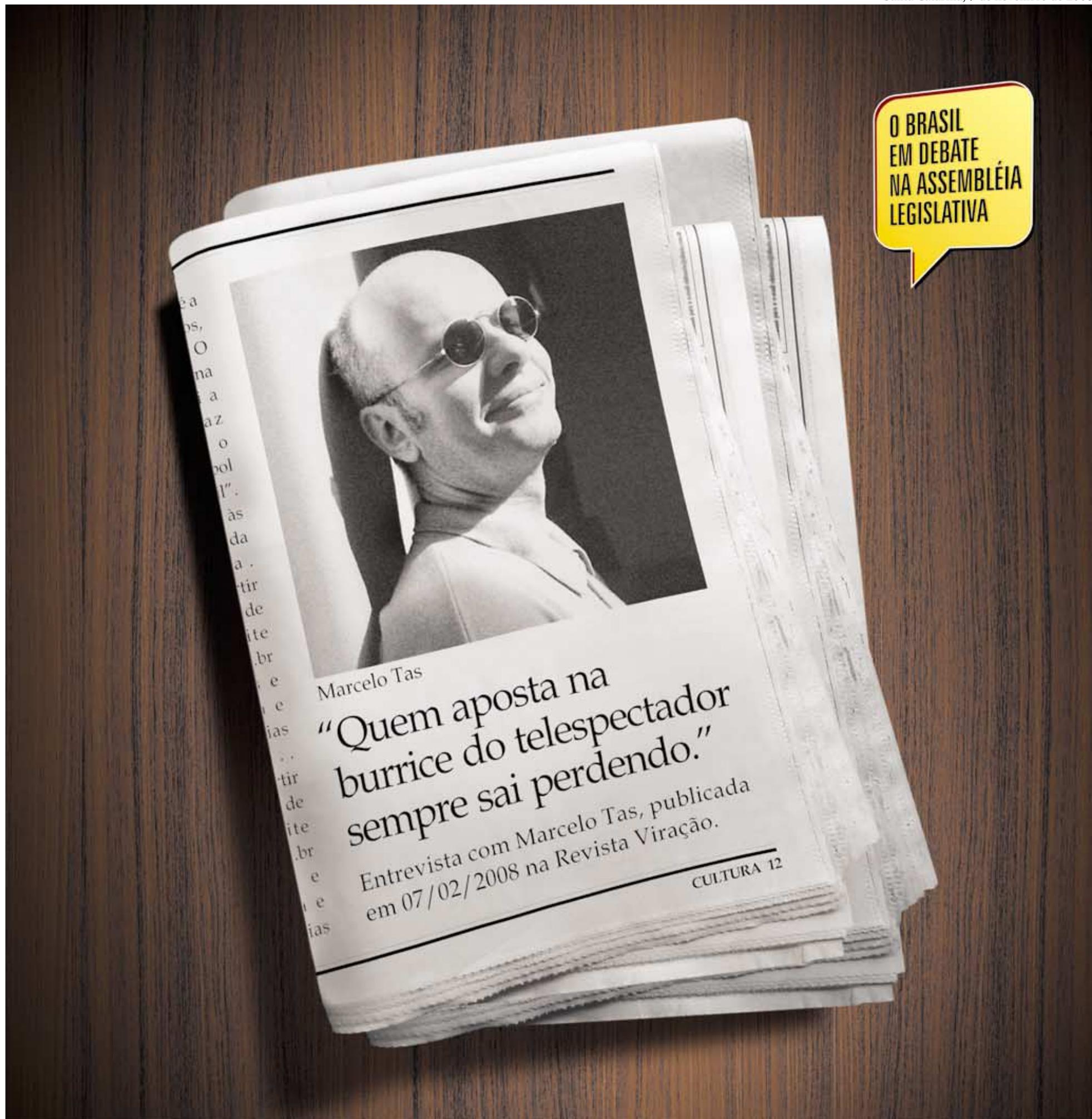
Para quem prefere águas frias, Palmitos oferece o Salto do Rio São Domingos, uma cachoeira de 10 metros em meio à Mata Atlântica preservada. O local, ideal para ecoturismo, é procurado tanto para banhos de rio quanto para caminhadas nas trilhas ecológicas.

Mas não é só. A cidade tem muitas opções de festas gastronômicas, com pratos para todos os gostos: Festa da Ovelha, do Búfalo, do Porco, do Frango, do Peru, do Porco à Paraguaia, do Leitão e a Würsch Fest, ou Festa da Lingüiça.

Quilombo é outra cidade da Rota das Termas. E a única do estado a ter um parque de águas

sulfurosas em plena praça central. É o Balneário das Águas, com temperaturas que chegam aos 38 graus e água fluoretada, levemente alcalina e bicarbonatada que brota de um poço artesiano com 75 metros de profundidade. Além do tratamento de reumatismo, os banhos de imersão na água de Quilombo tem funções terapêuticas para pele, úlceras cálculos renais, eczema e estresse.

A 20 quilômetros dali está o Salto Saudades, um dos mais exuberantes de Santa Catarina. São 30 quedas d'água e várias áreas para banho em pleno Rio Chapecó. Na região o salto é conhecido como a miniatura das quedas do Iguaçu.



Poder é saber. Ir até a fonte, sem ruídos, nem versões. O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa traz Marcelo Tas com o tema “Inovação: a criatividade na era digital”. Dia 19, às 19h, no auditório da Assembléia. Transmissão ao vivo pela rádio ALESC Digital e pela TVAL .

Exceto para Florianópolis. Assista e tire suas próprias conclusões.

ASSEMBLÉIA
Cada dia mais presente na sua vida



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COMISSÕES

Lages realiza primeira audiência pública do Código do Meio Ambiente

Deputados, representantes do governo e entidades debatem projeto que cria normas de proteção ao ecossistema

Tatiani Magalhães

Na tentativa de adequar o Projeto de Lei nº 238/08, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente para Santa Catarina, a Assembléia Legislativa, através das comissões de Constituição e Justiça, Turismo e Meio Ambiente, Agricultura e Política Rural, e Finanças e Tributação, realizou, dia 5, em Lages, a primeira audiência pública, de um total de nove. O evento reuniu deputados estaduais, representantes do governo estadual e entidades ligadas aos setores da agricultura e do meio ambiente. No dia 6, foi a vez de Campos Novos e Videira debater o projeto.

A matéria traz normas gerais de proteção e melhorias da qualidade ambiental para os catarinenses e está no Parlamento desde o dia 24 de julho. O relator do projeto e presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Romildo Titon (PMDB), esclareceu

que as audiências representam uma ferramenta para que a sociedade possa apresentar idéias e sugestões ao código que evitem transtornos ou prejuízos futuros. "Estamos aqui para ouvir e debater com a população", frisou.

O calendário

Dia 10/11

• 14h - Criciúma

Dia 12/11

• 18h - Joinville

Dia 13/11

• 9h - Blumenau
• 18h - Rio do Sul

Dia 17/11

• 9h - Chapecó
• 18h - Concórdia

Dia 19/11

• 9h - Florianópolis

Entidades se sentem inseguras com a proposta

Elaborado em conjunto pelos mais diversos segmentos do setor produtivo, político e administrativo do estado, sempre assegurando o direito de uso da propriedade, o novo código está gerando polêmica e insegurança aos segmentos ligados direta e indiretamente ao assunto. Isso ficou evidente durante a reunião de quase quatro horas e um número expressivo de participantes.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc), por exemplo, aprova o atual projeto na íntegra, enquanto várias outras entidades já manifestaram descontentamento com alguns pontos do projeto. Os parlamentares acreditam que ao fim das audiências, com as novas sugestões e mesmo com esclarecimentos em torno do assunto, será possível adequar o

projeto à lei federal, assegurando o equilíbrio entre o produtor e o meio ambiente.

Para o presidente da Comissão de Agricultura, deputado Moacir Sopelsa (PMDB), é preciso fazer um código específico para Santa Catarina que respeite as peculiaridades do estado, pois a legislação federal impõe várias mudanças que não cabem para os catarinenses.

"Precisamos de um código que atenda as necessidades dos produtores e das propriedades já existentes para que possam continuar produzindo", afirmou Sopelsa.

Já o deputado Elizeu Mattos (PMDB) defendeu a implantação do código para que ocorra o desenvolvimento sustentável. "Não podemos mais ser tratados como o estado do Nordeste, por exemplo. Somos um estado dife-

rente e precisamos trabalhar uma legislação capaz de suprir nossas necessidades", comentou.

A consultora jurídica Juliana Malta Cortês, representante do governo do Estado, ressaltou que o código foi embasado no que já existe de legislação em Santa Catarina sobre o assunto.

"Além da preservação, o agricultor será beneficiado. Com esse projeto, estamos buscando um meio sustentável, viável e mais justo", acrescentou. Para a consultora, Santa Catarina é um estado rico. "Porém precisamos adequar a legislação para que o agricultor possa continuar produzindo de maneira correta."

No final do encontro, Titon afirmou que as sugestões apresentadas nas dez audiências públicas serão analisadas e terão encaminhamentos no fim do ciclo de debates.

Procuradora defende discussão

A procuradora da República do Ministério Público Federal, Analúcia Hartmann, que atua na área ambiental, defendeu, dia 5, que o projeto do Código Estadual do Meio Ambiente seja exaustivamente discutido, analisado e adequado à legislação federal e compromissos internacionais firmados pelo país. Com isso, a proposta, entende, não correrá o risco de ser alvo de ação judicial. Analúcia participou da reunião da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Décio Góes (PT).

Góes destacou a importância da participação dos ministérios públicos Estadual e Federal na discussão "Precisamos encontrar um ponto de equilíbrio entre a produção e a preservação", disse Góes. Ele não vê nenhum problema em devolver o projeto ao governo com as devidas contribuições.

Apesar das ressalvas, Analúcia disse considerar válida a iniciativa de um código ambiental com a consolidação e compilação da legislação existente adequada à realidade. "O projeto abre possibilidades de flexibilização que afrontam a legalidade. É preciso de uma visão em longo prazo e



Comissão de Meio Ambiente ouve procuradora da República e promotor

muito boa vontade", observou a procuradora.

Analúcia criticou, ainda, a forma como se apresenta a proposta do Código Ambiental que, segundo ela, o que menos teve foi a participação da sociedade na composição da proposta enviada pelo Executivo. "Este projeto de lei está maculado pela falta de discussão com a população", disse. Ela defendeu algumas alternativas como o uso da reserva legal.

O promotor do Centro de Apoio ao Meio Ambiente do Ministério Público de Santa Catarina, Luiz Eduardo Couto de Oliveira Souto, por sua vez, acredita que

a sistematização das normas ambientais é uma boa iniciativa, mas defendeu que seja feita com o olhar na preservação dos recursos evitando conflitos legais, uma vez que passa por três esferas de poder. "É um emaranhado de atos que complicam a segurança jurídica", comentou.

Durante a reunião, ele contextualizou diversos problemas ambientais e seus impactos, colocando a quem isso atinge. "Parece que a Mata Atlântica chegou depois e está atrapalhando o agricultor", comentou em alusão ao fato de não se dar a devida atenção ao trabalho preventivo.

Educação trata do futuro das universidades comunitárias

O reconhecimento das universidades comunitárias como instituições públicas por parte dos governos foi a principal reivindicação de reitores, professores, estudantes e lideranças políticas que participaram de audiência pública na Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac), em Lages, dia 5. Proposta pelo deputado Pedro Uczai, a audiência promovida pela Comissão de Educação contou com a presença dos deputados Elizeu Mattos (PMDB), Edison Andrino (PMDB) e Professor Grandó (PPS).

Durante uma hora e meia, os parlamentares ouviram representantes de universidades comunitárias catarinenses e gaúchas falarem das dificuldades e alertarem para a importância do poder público contribuir no fortalecimento das instituições. Ao todo, as 13 universidades comunitárias de Santa Catarina ligadas ao Sistema Acafe respondem por

65% dos alunos universitários catarinenses, enquanto as 12 instituições do Rio Grande do Sul representam 50% dos alunos do estado. "A história das universidades comunitárias se mistura com a história das regiões. Embora cada instituição tenha suas características e dificuldades, é importante discutirmos uma solução para o conjunto dessas universidades", disse Uczai.

Embora o reconhecimento como instituições públicas tenha sido defendido por unanimidade, foram apresentadas duas alternativas quanto ao futuro das universidades. Uma delas defende que elas possam ser estatizadas por municípios, estados ou pela União; a outra defende que elas sejam consideradas instituições públicas não estatais. Neste último caso, seria constituída nova natureza jurídica para as universidades, pois seriam instituições públicas, mas continuariam sob a gestão das fundações educacionais.

COMISSÕES

Finanças destaca importância do projeto das regiões metropolitanas

Parlamentares defendem tramitação de matéria que prevê reativação das áreas, já que muitos programas e recursos federais são vinculados a essa divisão geográfica

Andreza de Souza

O projeto que discute a criação das regiões metropolitanas de Santa Catarina foi mais uma

vez debatido, dia 5, na reunião da Comissão de Finanças e Tributação. A matéria está à espera de parecer do relator, deputado Herneus de Nadal (PMDB), na

Comissão de Constituição e Justiça.

Depois de apreciar e aprovar algumas proposições, os deputados ressaltaram a importância da aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 26/07, que dá nova redação ao artigo 209 da Lei Complementar nº 381, de 2007, e pretende reinstalar as seis regiões extintas no ano de 2003.

Segundo os parlamentares Joares Ponticelli e Silvio Dreveck, ambos do PP, Gelson Merísio (DEM), Marcos Vieira (PSDB) e Décio Góes (PT), a

matéria, de autoria do deputado Kennedy Nunes (PP), é meritória e precisa da atenção dos demais parlamentares, uma vez que muitos programas e recursos federais são viabilizados somente às regiões metropolitanas. Pela proposta, as regiões de Criciúma, Tubarão, Itajaí, Blumenau, Florianópolis e Joinville se juntariam à região de Chapecó, hoje a única legalmente constituída.

Planejamento

Entre os fatores que estão motivando os deputados em busca de entendimento comum na reativação das regiões metropolitanas está a perspectiva de desenvolver os municípios de forma planejada e integrada, solucionando problemas cotidianos como saneamento básico, violência, transporte coletivo, saúde, educação, coleta de lixo,

entre outros.

Ponticelli, que cobrou parecer do líder do governo no Legislativo, dia 4, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), novamente colocou o assunto em discussão. Para ele, se o projeto for aprovado na próxima semana, ainda há tempo de incluir no Orçamento da União do próximo ano recursos financeiros para as regiões do estado.

A manifestação de Ponticelli teve apoio de colegas. Dreveck observou ser esse um projeto para o bem de Santa Catarina, enquanto Merísio frisou que as regiões metropolitanas são questões naturais e que podem existir independentemente de governantes, podendo conviver com as Secretarias de Desenvolvimento Regional. Marcos Vieira reconheceu que houve um equívoco do governo na época da extinção.



Fotos: Jonas Lemos Campos

Deputados reacendem discussão em torno da criação das regiões em Santa Catarina

CCJ institui Dia do Cerimonialista

Na reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça, dia 4, os deputados aprovaram Projeto de Lei nº 255/08, do deputado Renato Hinig (PMDB), que institui o dia 29 de outubro como o Dia Estadual do Cerimonialista. Da mesma forma, autorizou o Projeto de Lei nº 241/08, de autoria do governo, que trata do serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros. Pela matéria, o professor, o especialista em assuntos educacionais, o assistente de educação e o assistente técnico-pedagógico pertencentes ao quadro do magistério público estadual, devidamente credenciados, terão direito a deslocamento gratuito no trajeto escola-casa e vice-versa.

Segurança avalia necessidade de se elaborar matéria para disciplinar realização de eventos

A criação de um grupo de trabalho que possa estudar melhor a concessão de licenças e alvarás para a realização de eventos foi o objeto, dia 5, da reunião da Comissão de Segurança Pública. Num prazo de sete dias cada entidade relacionada ao assunto vai indicar um representante para a formação da equipe que começará, de fato, a tratar da questão. A intenção é elaborar um projeto de lei que possa atender os interesses de todos.

O problema do grande número de licenças necessárias para a realização de eventos retornou à pauta de discussão da comissão, desta vez com a presença de representantes da Polícia Militar e Civil de Santa Catarina, dos promotores de eventos, de vereadores de Joinville, além dos deputados estaduais membros da comissão.

A pedido da Comissão de Segurança, a Consultoria Legislativa da Casa apresentou uma nota técnica sobre o Decreto Estadual nº 894/72, que disciplina a concessão de alvarás, licenças, registros, autos de vistoria policial e outros

documentos. A nota assegura que o decreto deixou de vigorar há 20 anos, revogado pela Constituição de 88. Por isso a necessidade de uma nova legislação estadual. Atualmente, a competência está a cargo dos delegados regionais da Polícia Civil.

Como o assunto foi trazido ao Parlamento a partir de um caso

em Joinville, os vereadores e membros da Comissão de Cidadania da cidade, Marco Aurélio Marcucci (PSDB) e Adilson Mariano (PT), acreditam que uma lei estadual que regulamente os eventos beneficiará todo o estado. A posição dos vereadores também é compartilhada pelo representante dos promotores de

eventos, Ciro Harger, da direção do CTG Chaparral, também em Joinville.

Representando a Polícia Civil, o delegado da Gerência de Fiscalização de Jogos e Diversões, Arilton Zanelato, lembrou que quando o assunto é diversão, exigências terão que ser cumpridas para a segurança de todos.



Representantes da Polícia Civil e Militar participam da reunião, que culmina com a criação de grupo de trabalho

PLENÁRIO

Aprovado por unanimidade empréstimo junto ao BID para rodovias catarinenses

Matéria precisa ainda ser analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal

Rodrigo Viegas

Com votos das bancadas de oposição na Casa, foi aprovado na sessão ordinária do dia 4, o Projeto de Lei nº 222/2008, que autoriza o Executivo Estadual a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o Programa de Investimentos na Implantação e Pavimentação de Rodovias Estaduais e no Fortalecimento do Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra). Na qualidade de agente financeiro internacional, o BID vai investir um valor de até 300 milhões de dólares nas obras das rodovias catarinenses.

A matéria, que ainda precisa ser analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, só conseguiu ser aprovada devido ao apoio da oposição. A necessidade de quorum qualificado – 21 votos – tornou imprescindível o voto dos parlamentares do PP, PT e PRB, já que a base do governo não tinha o número necessário de presenças na Casa, apesar da maioria folgada de que dispõe. O deputado Joares Ponticelli (PP), que foi acusado de protelar a tramitação do projeto devido a um pedido de vistas na Comissão de Constituição e Justiça, explicou que sua intenção era apenas de



Nadal garante que autorização para Santa Catarina contrair empréstimo vai estimular desenvolvimento

“corrigir incorreções identificadas no PL” e votou a favor da matéria que acabou aprovada por unanimidade com 28 votos.

Votação madura

O líder do governo na Assembléia, deputado Herneus de Nadal (PMDB), agradeceu o que chamou de “alto espírito público das bancadas de oposição, que permitiu de forma madura votar um projeto de extrema importância para que o Estado cresça de forma homogênea”.

Já o deputado Elizeu Mat-

tos, vice-líder do PMDB na Casa, destacou que este é “um projeto de Estado e não um projeto de governo”. Os deputados Nilson Gonçalves (PSDB) e Silvio Dreveck (PP) também se manifestaram sobre o assunto. “É nessa linha de pensamento que o Legislativo tem que trabalhar para o bem de todos”, disse Gonçalves. “Isso vai, sem dúvida, trazer desenvolvimento e segurança aos usuários”, completou Dreveck.

Nadal explicou que os investimentos podem render a recuperação de aproximadamente 450 quilômetros de estradas catari-

nenses, algumas com mais de 20 anos, e a pavimentação de outros 700 quilômetros, incluindo importantes eixos rodoviários regionais. O Estado deverá arcar com uma contrapartida de 30% do valor total financiado. O montante exato do financiamento será avaliado pelo Senado, em nova etapa de tramitação legislativa. Técnicos do banco já estiveram em Santa Catarina duas vezes este ano, quando avaliaram com o Departamento de Infra-estrutura (Deinfra) a lista de 103 trechos rodoviários que poderão ser beneficiados. A instituição também apresentou

exigências para investimentos em segurança, com benefícios para a Polícia Rodoviária Estadual (PRE) e a fiscalização, com a implantação de balanças, bem como defesas em pontos críticos de rodovias e sinalização.

Segundo o Deinfra, a partir da aprovação no Senado é possível viabilizar, em aproximadamente 60 dias, a definição dos trechos beneficiados e iniciar obras, já em 2009. Entre os trechos considerados como eixos mais significativos estão as ligações entre Irai e Lindóia do Sul, com cerca de 30 quilômetros, e outra entre Itaiópolis e Doutor Pedrinho, com cerca de 65 quilômetros. Também estão previstas obras como o acesso ao porto de Itapoá e a ligação turística entre São Joaquim e a Serra Gaúcha.

No Oeste e extremo-Oeste catarinense fazem parte da lista de obras passíveis de inclusão no pacote, entre outras, trechos em Quilombo, o acesso a Cunhataí, a ligação entre Águas de Chapecó e Caxambu, entre Romelândia e Anchieta, a conclusão da ligação ao balneário de Ilha Redonda, em Palmitos e o acesso a Santa Terezinha do Progresso, além de trechos entre Maravilha e Tigrinhos, Maravilha e São Miguel da Boa Vista, e de São Miguel do Oeste a Bandeirantes.

Planalto Norte reclama implantação de agroindústria

O adiamento das obras de implantação de uma unidade industrial da Sadia, em Mafra, e da Aurora, em Canoinhas, e a conseqüente falta de desenvolvimento dos municípios do Planalto Norte, preocupa o deputado Antonio Aguiar (PMDB).

O anúncio de que Mafra receberia investimentos de R\$ 600 milhões da Sadia vinha representando um alento para o Planalto Norte, que nos últimos anos amargou perdas na indústria moveleira.

Na sessão do dia 6, Aguiar falou do apelo pessoal e dos moradores desses municípios

de que os investimentos sejam imediatos para que o Planalto Norte, que tem um dos menores IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de Santa Catarina, possa crescer.

Também o deputado Silvio Dreveck (PP) falou da angústia dos moradores da região sobre o adiamento dos projetos. Outra reivindicação da região, segundo Dreveck, é em relação ao sistema viário, principalmente melhorias nas rodovias estaduais e federais que dão acesso a vários municípios. “Se não existe verba para a pavimentação, que pelo menos seja feita a sinalização”.

Fórum em defesa do magistério

A Bancada do PT está propondo a criação de um Fórum Parlamentar em Defesa do Piso Nacional do Magistério em Santa Catarina, além da apresentação de emendas ao Plano Plurianual (PPA) e ao Orçamento 2009 que garantam a sua implantação. A informação veio da deputada Ana Paula Lima (PT), na sessão ordinária do dia 5. O partido tomou a decisão após cinco governadores entrarem com pedido de Ação Indireta de Inconstitucionalidade (ADI), entre eles Luiz Henrique da Silveira (PMDB), para impedir a aplicação da lei aprovada no Congresso Nacional que garante um piso mínimo para o magistério brasileiro.

De acordo com a lei federal, no ano que vem os professores da rede estadual têm direito a receber dois terços (2/3) da diferença entre o piso atual de

R\$ 509,00 e os R\$ 950,00 do piso nacional. Conforme Ana Paula, o governador de Santa Catarina questiona os dois principais artigos da lei: o que conceitua piso e o que garante os 33% de hora atividade. A parlamentar explica que, pela lei, o piso é o vencimento inicial das carreiras e “o nosso governador quer continuar com a política de abonos e prêmios”, criticou. Ana Paula acredita que garantir o aumento da hora atividade é condição fundamental para a elevação da qualidade de ensino no estado.

A deputada aproveitou para reclamar da atitude dos três governadores da Região Sul. “Os estados mais pobres não entraram na Justiça contra o piso nacional. Os governadores do Sul, estados ricos, o fizeram. Não é possível que estes não tenham condições de implementar a

legislação”, falou.

Seu colega de partido, deputado Dirceu Dresch (PT), afirmou que o piso é um projeto igualitário, que não leva em conta o estado em que professor leciona. Disse ainda que a bancada petista catarinense reúne-se semanalmente para discutir assuntos pertinentes e que o piso nacional será discutido no próximo encontro. “A nossa bancada vai lutar com todas as forças para que esse direito, conquista dos professores, seja respeitado”, enfatizou.

O deputado Joares Ponticelli (PP) parabenizou a atual legislatura do Congresso Nacional, que aprovou o projeto de lei, e acrescentou que a Assembléia Legislativa tem que demonstrar sua indignação sobre a ADI. “O governador traiu o Magistério mais uma vez”, encerrou.

Deputado participa do Encontro Nacional de Bombeiros Voluntários

O deputado Reno Caramori (PP) somou-se aos representantes das corporações de Bombeiros Voluntários de Santa Catarina no V Encontro Nacional de Bombeiros Voluntários (Enbov), no último fim de semana, dias 1º e 2, em Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul. O Projeto de Emenda Constitucional PEC – 002/2006, que prevê modificações na Constituição Estadual, visando a regulamentação das atividades dos Bombeiros Voluntários e subscrito pelo deputado, foi alvo de análise no encontro nacional, que resultou na divulgação da Carta de Nova Petrópolis.

Reno informou que participaram do evento, como convidados, representantes da sociedade civil, Executivo e Legislativo, organizações não-governamentais (ONGs) e os bombeiros voluntários da Alemanha e da Venezuela. Presentes também os bombeiros voluntários de Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

O encontro reuniu mais de 600 pessoas no Centro de Eventos de Nova Petrópolis com a finalidade de promover a integração dos quartéis voluntários de várias



Eduardo Guedes de Oliveira

Brasil, Venezuela e Alemanha se fizeram presentes ao encontro

partes do país, refletir sobre a sua atuação e mostrar novas técnicas e equipamentos utilizados, qualificação técnica, interação entre as corporações e mostrar a importância do voluntariado.

Entre os itens da carta estão a solicitação dos bombeiros voluntários para incentivar a criação de corporações civis voluntárias de bombeiros em todos os municípios brasileiros com população inferior a 100

mil habitantes, reafirmar seu propósito de servir de complemento às responsabilidades do Poder Público, a necessidade de ser feita uma legislação mais abrangente e objetiva e propugnar a inclusão de cada Corpo de Bombeiros Voluntários como agente credenciado para atendimento pré-hospitalar, tendo em vista a importância e o volume de ocorrências que vêm sendo atendidas.

Segundo turno é abordado em plenário

O resultado do segundo turno das eleições municipais foi tema recorrente entre os parlamentares durante a sessão ordinária do dia 4. Os deputados Dirceu Dresch e Jailson Lima (PT) e o progressista Joares Ponticelli destacaram a vitória do petista Carlito Merss em Joinville. Jailson salientou que caberá ao PT, a partir de 2009, “administrar a principal prefeitura catarinense, que responde por 10% do orçamento do Estado”, enquanto Ponticelli elogiou a persistência do candidato, que venceu o pleito depois de quatro derrotas anteriores.



Matos: experiência única

O deputado Darci de Matos (DEM), que disputou o segundo turno em Joinville, ocupou o espaço destinado ao seu partido para dizer que a corrida pela prefeitura foi uma “experiência única” e agradeceu os mais de 100 mil votos recebidos. Enalteceu a vitória legítima de Carlito e comunicou que torce pelo sucesso da administração, “e o conseqüente sucesso de Joinville”.

Na ocasião, o líder do PMDB no Parlamento, deputado Manoel Mota, também comemorou na tribuna vitória de Dário Berger (PMDB) em Florianópolis sobre o ex-governador Esperidião Amin.

Cepon e Hemosc voltam a funcionar normalmente

A greve dos servidores do Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina (Hemosc) e do Centro de Pesquisas Oncológicas (Cepon) terminou no dia 31 de outubro, após onze dias de paralisação e negociações. Ambos os serviços já estão funcionando normalmente. Segundo o deputado Sargento Amauri Soares (PDT), o governo do Estado aceitou as reivindicações

dos trabalhadores.

A Secretaria da Saúde abdicou da solicitação de que os servidores públicos lotados no Hemosc e no Cepon assinem um termo de cedência para a Fundação de Apoio ao Hemosc e Cepon (Fahece). Também foi retirada a liminar contra o sindicato e decidiu-se que não haverá desconto dos dias paralisados.



Sargento: reivindicações aceitas

[GABINETES]

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

O deputado Pedro Uczai (PT) prestigiou no dia 3 a IV Jornada Catarinense pela Infância e Adolescência Protegida, em Chapecó. Membro da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, Uczai representou o Parlamento catarinense no evento promovido pela Fundação Maurício Sirotski Sobrinho.

Diante de dezenas de profissionais que trabalham com questões relacionadas à criação e adolescente em diferentes áreas, Uczai destacou que eventos desta natureza são importantes para apontar o caminho das políticas públicas. O parlamentar lembrou que o Estatuto da Criança e do Adolescente é um instrumento jurídico fundamental, mas o desafio é fazer com que ele seja cumprido. (Vagner Dalbosco, assessor do deputado Pedro Uczai)

INDÚSTRIA DE CARIMBO

O deputado Joares Ponticelli, encaminhou moção ao Fórum Parlamentar Catarinense pedindo que gestionem em favor das empresas brasileiras produtoras de carimbos. Ponticelli pede, na moção, que seja revisto o acordo entre Brasil e Chile que trata da importação de carimbos produzidos naquele país. O acordo comercial firmado entre Brasil e Chile isenta do imposto de importação as empresas que adquirirem carimbos naquele país, em detrimento das empresas brasileiras do ramo, que acabam prejudicadas com a concorrência.

Lembrou que inúmeras empresas catarinenses do ramo de carimbos automáticos vêm, há alguns anos, aperfeiçoando o seu parque fabril, inclusive com a importação de produtos e tecnologia, e que os investimentos, ao longo dos anos, envolveram metalúrgicas para o desenvolvimento de engenharia de moldes e matrizes, bem como a automação na montagem dos carimbos, construção de parque fabril e contratação de recursos humanos. (Jandyr Côrte Real, assessor da bancada do PP)

PREMIAÇÃO

A escolha de Santa Catarina como melhor roteiro turístico pela revista Viagem e Turismo, pela segunda vez consecutiva, foi o tema abordado pela deputada Ada De Luca (PMDB) em plenário dia 4. A premiação foi realizada com base em uma votação popular, na qual o público escolhe as melhores opções para o turismo.

A decisão unânime dos integrantes do Conselho Mundial de Viagem e Turismo, de realizar o próximo encontro mundial da entidade em Florianópolis, em maio do ano que vem, também foi destacado pela parlamentar como uma oportunidade única para Santa Catarina. (Patrícia Jacomel, assessora da deputada Ada De Luca)

PRODUÇÃO LEITEIRA

Atendendo solicitação do deputado Dirceu Dresch (PT), a Comissão de Agricultura da Assembléia realiza audiência pública para tratar de problemas que atingem a produção de leite e os desafios que estão colocados para a permanência do agricultor familiar nessa atividade. O evento acontecerá em Chapecó, neste dia 7, no auditório Cepaf/Epagri. São convidados para a audiência representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Secretaria de Estado da Fazenda, Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, entidades representativas da agricultura familiar, cooperativas e secretarias municipais de agricultura.

Dresch, que é autor de quatro projetos que visam regulamentar a produção de lácteos no estado, informa que um dos objetivos da audiência será a apresentação das medidas que o governo federal está adotando para a recuperação do preço pago ao produtor. (Assessoria do gabinete do deputado Dirceu Dresch)